

**O Padroado Português e a Dinastia Qing no Processo de  
Colonização de Macau**

**Mestrado: Português como Língua Segunda e Estrangeira**

**Nome: Wang Jiahui, Cíntia**

**Nº aluno: 47261**

**Orientador:**

**Profª Doutora Ana Maria Mão de Ferro Martinho Carver Gale**

## Agradecimentos

Quero expressar a minha gratidão a várias pessoas que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a conclusão deste projeto. Em primeiro lugar, agradeço à Professora Doutora Ana Maria Mão de Ferro Martinho Carver Gale pela orientação cuidadosa, nomeadamente acerca da estrutura desta dissertação, e pelo incentivo e amizade.

Aos professores, pela transmissão de conhecimentos, pela orientação na minha carreira docente e pelo convívio partilhado.

Aos meus pais, pelo apoio e confiança na minha escolha de estudar no estrangeiro.

Aos meus colegas da turma de Português como Língua Segunda e Estrangeira, pelo apoio e amizade.

A todos, o meu sincero obrigada!

## **Resumo**

Na história colonial do Extremo Oriente, durante os séculos XVI e XVII e na história dos missionários católicos, o Padroado ocupa uma posição muito importante. Portugal, Espanha, França e a Santa Sé realizaram uma intensa competição pelo Padroado, o que teve uma profunda influência na história. Espero, através desta dissertação, conhecer melhor a história do Padroado Português no Extremo Oriente, bem como através da investigação dos documentos e outros materiais encontrados resumir os impactos do Padroado Português e os seus papéis nas ex-colónias ultramarinas, particularmente dando atenção à forma como Portugal completou o domínio colonial de Macau no período das dinastias Ming e Qing.

O primeiro capítulo introduz algumas possibilidades sobre o ensino das relações históricas sino-portuguesas na aprendizagem do português. O segundo capítulo refere a influência e o papel de Portugal no processo de desenvolvimento do Padroado português, a intenção do Papa na concessão do Padroado do Extremo Oriente a Portugal, os impactos do acesso ao Padroado do Extremo Oriente a Portugal. Foi feita também uma análise de várias atividades seculares do Padroado do Extremo Oriente em que os missionários portugueses participaram. No terceiro capítulo é abordada principalmente a relação entre Portugal e a China durante as dinastias Ming e Qing, e como Portugal entrou em Macau com sucesso e esta se tornou numa das suas colónias ultramarinas. O último capítulo resume o importante papel desempenhado pelo Padroado do Extremo Oriente no processo colonial no exterior e apresenta a análise feita, com base nos dois capítulos anteriores, do estabelecimento e manutenção de relações de negócios, fornecendo informações de negócios e participação na administração colonial, assim como o envolvimento em atividades de negócios e outras atividades seculares. É referida a eficácia secular do Padroado do Extremo Oriente e a sua ajuda na consolidação e desenvolvimento dos interesses coloniais portugueses no Extremo Oriente.

**Palavras-chave:** Padroado; Extremo Oriente; Macau; Colonização

## **Abstract**

In the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries, the Patronage was in a very prominent position in colonial history of the Far East and the catholic history; Portugal, Spain, France and the Vatican launched a fierce competition for it and this had far-reaching historical implications. Through this dissertation I aim at making a brief description about the history of the Patronage of the Far East, as well as to do investigation of information and various documents to find about and sum up the influence and its role in particular about how it supported the colonial rule of China's Macao in the period of the Ming and Qing Dynasties.

The first chapter introduces the meaning of the teaching of Sino-Portuguese historical relations in the teaching of Portuguese. The Second chapter of this paper introduces the development process of the patronage of Portugal, the purpose of the Pope and why he granted the Patronage of Far East to Portugal, its influence to Portugal through the various secular activities involving the missionaries. The third chapter focuses on the sensitive relationship between Portugal and China during the Ming and Qing Dynasties, and how Portugal successfully stationed in Macao and legitimized Macau as one of its overseas colonies.

The last chapter summarizes the role played by the Patronage in the process of overseas colonization of Portugal, the analysis of the important role played in the process of establishing and maintaining business relations, providing commercial information, participating in colonial management, and other secular activities, as it consolidated and developed the Portuguese colonial interests in the region.

**Keywords:** Patronage; The Far East; Macao; Colonial History

# Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo 1 - O Significado do Ensino das Relações Históricas Sino-Portuguesas no Ensino de Português.....</b>	<b>9</b>
1.1 A importância do ensino da história e da cultura para os alunos de língua estrangeira .....	9
1.2 Promover o interesse dos alunos chineses em aprender Português através do ensino da história e cultura sino-portuguesa .....	11
1.2.1 Dificuldades na realização de cursos relacionados com História .....	12
1.2.1.1 Falta de profissionais .....	12
1.2.1.2 Falta de material didático.....	12
1.2.1.3 Orientar os alunos para visualizarem corretamente os problemas históricos dos dois países .....	14
1.3 Ajudar à formação cultural dos alunos através do ensino da história e da cultura entre a China e Portugal.....	13
<b>Capítulo 2 - A História de Desenvolvimento do Padroado Português no Extremo Oriente.....</b>	<b>15</b>
2.1 O Padroado Português e a Relação com o Papa .....	15
2.1.1 O Padroado.....	15
2.1.2 O Padroado Português no Extremo Oriente.....	16
2.1.3 O Indulto Concedido pelo Papa ao Padroado Português .....	21
2.2 A Razão Económica para Portugal Precisar de Padroado no Extremo Oriente.....	22
<b>Capítulo 3 - A Relação entre Portugal e as Dinastias Qing e Ming da China.....</b>	<b>28</b>
3.1 O Processo da Fixação com Sucesso dos Portugueses em Macau.....	28
3.1.1 Atividades Portuguesas na China no Século XVI.....	28
3.1.2 Entrada e Estabelecimento de Portugal em Macau.....	30
3.2 A Gestão de Macau do Governo das Dinastias Ming e Qing.....	31
3.3 Ocupação Bem Sucedida de Macau.....	32

3.4 Assinatura do Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português .....	36
<b>Capítulo 4 - O Verdadeiro Papel do Padroado Português no Extremo Oriente .....</b>	<b>39</b>
4.1 Ajuda aos Comerciantes Portugueses para Criação e Desenvolvimento de Relações Comerciais.....	40
4.2 Fornecimento de Informações Comerciais .....	44
4.3 Participação na Administração Colonial do Extremo Oriente .....	46
4.4 Envolvimento Direto em Atividades Comerciais .....	47
<b>Conclusão.....</b>	<b>50</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>52</b>
WEBLINKS.....	55
<b>Anexos.....</b>	<b>57</b>
Lista de Bulas.....	57

## Introdução

Macau é um porto livre internacional, é uma das regiões mais densamente povoadas do mundo, e é também uma das quatro maiores cidades de casinos no mundo. A sua famosa indústria leve, turismo, hotelaria e casinos, tornou a região a longo prazo numa das áreas mais desenvolvidas e ricas no mundo. Desde o início do ano 1557, Macau foi arrendado a Portugal pelo Império Chinês como um porto comercial durante a Dinastia Ming. Os portugueses administraram a cidade sob a autoridade chinesa, sob a jurisdição da província de Guangdong<sup>1</sup>. Em 1887 o Governo Português assinou o “Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português”, válido por 40 anos, com o governo Qing (o qual terminou em 1928). No dia de 20 de dezembro de 1999, a República Popular da China concedeu a Macau um alto grau de autonomia e restaurou o seu poder de administração autónoma, ocorrendo assim a transformação de Macau numa região administrativa especial chinesa, sob o princípio “um país, dois sistemas”.

Hoje, Macau não só tem uma relação estreita com Portugal como também com outros países de língua portuguesa. Esta relação está muito ligada ao facto de Macau ter sido uma colónia portuguesa no passado. Macau continua a servir como uma plataforma para os países de língua portuguesa, os talentos de língua portuguesa de Macau ajudam a China continental a expandir os eventos económicos e comerciais com empresários de países de língua portuguesa.

A origem histórica da relação entre Macau e Portugal é uma razão importante para o estatuto internacional desta região. Tudo começou com o Padroado da Europa, desde o século XVI até XVII. O desenvolvimento do catolicismo no Extremo Oriente aconteceu devido ao Padroado Português no Extremo Oriente; Macau era uma base de atividade missionária no Extremo Oriente. A partir da relação entre Macau e o Padroado Português no Extremo Oriente podemos conhecer o seu papel fundamental na sua operação em Macau. Da mesma forma, o Padroado no Extremo Oriente também

---

<sup>1</sup> Cantão (em chinês, 广东, Guangdong) é uma província da República Popular da China.

desempenhou um papel decisivo para a permanência legal em Macau para Portugal. Esta dissertação irá resumir o importante papel desempenhado pelo Padroado Português no Extremo Oriente, bem como uma série de eventos históricos no processo colonial de Macau.



## **Capítulo 1 - O Significado do Ensino das Relações Históricas Sino-Portuguesas no Ensino de Português**

Atualmente, a maioria dos estudantes de língua portuguesa na China está estudando em português após ingressar na universidade ou depois de terminar o ensino médio, portanto, para os alunos com boa capacidade de aprender, aprender apenas o conhecimento básico da língua dentro de um certo período de tempo não chega para completar seus objetivos de aprendizagem. A maioria dos alunos aprende português por causa do trabalho futuro; então, enquanto aprendem o conhecimento básico da língua, como torná-los mais conscientes do conhecimento cultural dos países de língua portuguesa é também um aspecto importante para as suas futuras candidaturas a emprego. Através deste capítulo irei referir os benefícios e significados que acredito que pode trazer ao ensino do Português na China através da abertura de cursos de história sino-portuguesa, bem como as dificuldades encontradas no ensino de cursos de história.

### **1.1 A importância do ensino da história e da cultura para os alunos de língua estrangeira**

O ensino de línguas estrangeiras não pode simplesmente ensinar o conhecimento da língua, mas também deve incluir conteúdo mais profundo por detrás da língua.

No ensino de línguas estrangeiras, a formação de competências básicas em compreensão oral, fala, leitura e escrita é a chave para desenvolver a capacidade de linguagem e é também um conteúdo importante indispensável no processo de aquisição da linguagem. A transmissão do conhecimento cultural é também uma parte muito importante do ensino de línguas estrangeiras. Porque a linguagem é portadora de cultura. O ensino tradicional da língua portuguesa dá muita atenção ao ensino do conhecimento da língua, ignorando o valor do conhecimento cultural e histórico. Depois que o aluno

domina uma certa quantidade de conhecimentos linguísticos, a competência linguística pode acompanhar o ritmo do ensino, e é necessário expandir outros aspectos. No conteúdo do ensino de línguas, em termos de cultura, as pessoas geralmente entendem o restante das informações transmitidas pela língua, exceto a própria linguagem. Assim, um profundo conhecimento histórico por detrás da cultura, é facilmente ignorado pelos professores. É precisamente este nível mais profundo de conhecimento que tem um grande efeito na aprendizagem da linguagem pelos alunos e é de grande importância. Não só estimula o interesse dos alunos em aprender a língua, mas também permite compreender a história e as fontes relevantes, além de enriquecer o conhecimento dos alunos e ampliar os seus horizontes, e este tipo de conhecimento pode destacar a singularidade dos cursos relevantes.

“Padrões para Aprendizagem de Línguas Estrangeiras no Século XXI” é um padrão nacional de currículo de língua estrangeira que foi revisado e republicado em 1999 pelo Departamento Americano de Educação e pela Associação de Ensino de Línguas Estrangeiras em 19962. O conteúdo central deste padrão é 5C: Comunicação; Culturas; Conexões; Comparações; Comunidades. O ensino de História pode integrar bem quatro deles: através do estudo da História e da cultura dos dois países, comparando as culturas diferentes e entendendo ligações históricas de ambos os lados, tudo pode ser melhor refletido no processo de estudo destas questões e também ajuda a estabelecer as bases de futuros intercâmbios,

O ensino histórico e cultural pertence, na verdade, à categoria do ensino do conhecimento humanístico, que contém aspectos da História e da Geografia. Para o ensino de línguas, o ensino do conhecimento histórico e cultural tem sua importância e, é claro, tem valor de pesquisa.

---

<sup>2</sup> On the Web: Standards for Foreign Language Learning in the 21st Century

## 1.2 Promover o interesse dos alunos chineses em aprender Português através do ensino da História e cultura sino-portuguesa

Depois que os alunos de língua portuguesa tenham certa habilidade no idioma, farão um curso bilingue de História, enquanto estiverem aprendendo o idioma. Seguirão cursos sobre a China e Portugal, que serão mais interessantes do que cursos de gramática e tradução. Aumentando o interesse dos alunos em sala de aula, no processo de compreensão da história, familiarização e domínio das expressões relevantes, bem como o conhecimento histórico, os cursos de conteúdo histórico estabelecem uma base sólida para a comunicação intercultural, o nível profundo de pesquisa e perspectivas internacionais dos alunos.

Ao mesmo tempo, ao nível emocional, a maioria dos alunos tem a motivação para entender os eventos históricos entre os países-alvo e seus próprios países e, sob a influência dos sentimentos nacionais, eles estão mais motivados para entenderem as origens históricas do passado. Para os alunos, a principal motivação a este respeito é a curiosidade sobre a história colonial entre Macau e Portugal. Tais fatores emocionais também são um aspecto que deve ser pensado no ensino chinês da língua portuguesa.

De acordo com pesquisas realizadas, 93,2% dos estudantes universitários estão “interessados” na história da Nova China e 6,8% “não estão interessados”. Isso mostra que a grande maioria dos estudantes universitários tem um forte interesse na história da Nova China. Na questão sobre “Se é necessário aprender e compreender a história da Nova China”, 86% dos entrevistados responderam “necessário”, 11% responderam “não importa” e 3% responderam “não é necessário”. Pode ser visto que os estudantes universitários têm prestado total atenção ao estudo da história da Nova China<sup>3</sup>. Portanto, é um bom caminho e método para aumentar o interesse dos aprendentes no processo de aprendizagem através do ensino da história e cultura chinesa e portuguesa.

---

<sup>3</sup> 19 de agosto de 2010, 08:21, Guangming Daily, Liu Weifang, et al.

### 1.2.1 Dificuldades na realização de cursos relacionados com História

O conhecimento histórico é muito complexo, por isso é especialmente importante escolher o conteúdo de ensino apropriado em combinação com a capacidade do aluno de aceitar e acompanhar a aula. Na história das relações sino-portuguesas, Macau desempenha um papel importante no conhecimento da maioria dos aprendentes de português chinês, pelo que é uma boa escolha desenvolver a educação histórica relacionada com a história sino-portuguesa, ponto-chave a que os alunos são relativamente familiares e mais acessíveis.

#### 1.2.1.1 Falta de profissionais

Entre os recursos da maioria dos professores de língua portuguesa na China, é difícil encontrar talentos com boa capacidade de ensino de línguas e uma rica e precisa reserva de conhecimento histórico; por exemplo, não há, basicamente, nenhum historiador que possa dominar muito bem o português mas, para a pesquisa histórica, é necessário referir-se muitos materiais e documentos estrangeiros, portanto, é necessário que cada organização escolar cultive ativamente profissionais relevantes, no caso de falta de talentos. O modo de ensino, ou seja, o corpo docente com rico conhecimento histórico e os profissionais de ensino da língua portuguesa participarão na aula juntos, organizando os conteúdos envolvidos na comunicação e as expressões do vocabulário, de modo a permitir que os alunos compreendam as questões exatas.

#### 1.2.1.2 Falta de material didático

Além da escassez de talentos, os materiais didáticos relacionados com os cursos bilingues também ocupam uma posição muito importante, pois os livros didáticos bilingues têm requisitos extremamente altos para os autores. A escolha do material didático afeta diretamente o pré-estudo dos estudantes, a absorção em sala de aula e o

processo de revisão após aula. Bons materiais didáticos podem ser usados por professores para fazerem mais com menos, materiais didáticos imprecisos afetarão a eficiência do aprendizado dos alunos e gastarão tempo em expressões erradas ou imprecisas. Portanto, a seleção dos livros didáticos originais e o trabalho de edição subsequente devem ser rigorosamente verificados. No conteúdo do livro didático, devemos também é necessário prestar atenção aos pontos de conhecimento.

### 1.2.1.3 Orientar os alunos para visualizarem corretamente os problemas históricos dos dois países

Devido às limitações de linguagem e a outras razões, sobre os acontecimentos históricos em Macau, os investigadores da China e de Portugal têm opiniões diferentes. De facto, é difícil para os investigadores históricos chineses lerem a língua portuguesa. Pesquisadores históricos em Portugal têm dificuldade em ler dados históricos chineses, por causa do tempo, o registo dos eventos históricos da China não era no atual mandarim, mas muito do chinês clássico, o que aumenta ainda mais a dificuldade dos pesquisadores estrangeiros de lerem materiais chineses. Tudo isto conduz naturalmente a grandes dificuldades na fonte de livros didáticos para a história dos cursos relevantes, como explicar alguns dos eventos históricos existentes em que a China e Portugal têm opiniões diferentes, deixando os alunos conhecerem as diferenças entre os académicos, e orientar os alunos para analisarem corretamente esses problemas, aprendendo a estudar essas questões com uma atitude objetiva, é também o significado de cursos bilíngues históricos.

## 1.3 Ajuda à formação cultural dos alunos através do ensino da História e da cultura entre a China e Portugal

A transformação transcultural requer que os estudantes de línguas tenham um certo grau

de compreensão da história e da cultura de ambos os lados. Para o ensino de línguas estrangeiras, a melhoria da capacidade de linguagem é muito importante e a melhoria da qualidade humanística não pode ser ignorada. Professores de línguas estrangeiras têm a responsabilidade e obrigação de fazer os alunos entenderem o estatuto e o papel de sua cultura na história da civilização mundial. A cultura cruzada é um processo interativo, é necessário comunicar as culturas chinesa e ocidental com uma mentalidade e atitude iguais, para que os alunos possam compreender as duas culturas de forma correta e abrangente, abraçando uma grande variedade de culturas com uma mente aberta. Portanto, para os alunos de língua portuguesa na China, os cursos sobre a história e cultura das relações sino-portuguesas são de grande ajuda para a formação cultural dos alunos e conhecimento histórico. Isto é crucial para a comunicação intercultural e para o trabalho dos alunos portugueses no futuro.

Para os estudantes de português na China, a parte que envolve religião, política e História é o conhecimento que falta à maioria dos alunos, portanto, cursos deste tipo estão disponíveis para os estudantes de português na China. Esta é uma boa maneira de entender as relações sino-portuguesas.

Desta forma, os aprendentes do português poderão ver o passado histórico e os futuros desenvolvimentos e relações entre os dois países. Quando aprendem sobre a História entre os dois países, os alunos também podem aprender a analisar o problema a partir da perspectiva do “outro”, terão um papel de orientação muito bom para a visão futura.

Como ponto de encontro da cultura chinesa e portuguesa, Macau é um bom ponto de partida para os aprendentes de português na China, pois assim podem compreender e comparar a história e a cultura dos dois países de forma mais rápida e eficaz. O processo de colonização de Macau por Portugal, envolvendo também a história do desenvolvimento religioso europeu, dos Descobrimentos, envolvendo a história do comércio entre oriente e ocidente, é também uma boa maneira para os alunos expandirem os seus conhecimentos para além de seu país de origem. Portanto, o estudo histórico de Macau colonial é uma escolha possível para cursos históricos e culturais em cursos de ensino de português.

## **Capítulo 2 - A História do Desenvolvimento do Padroado Português no Extremo Oriente**

Ao discutirmos a relação histórica entre a China e Portugal, o tópico inevitável é a ocupação de Macau por Portugal. Voltando à fonte, ao ensinar os estudantes de língua portuguesa este contexto histórico, introduzir o Padroado é necessário. Compreendendo o Padroado Português no Extremo Oriente, os estudantes podem entender por que razão os portugueses vieram para a China nas dinastias Ming e Qing; podem também compreender a influência de longo alcance da religião europeia na época. É um bom ponto de entrada para formação da visão do mundo dos estudantes.

### **2.1 O Padroado Português e a Relação com o Papa**

#### **2.1.1 O Padroado**

O presente capítulo tem como objetivo analisar as ligações entre o Padroado português e a colonização de Macau. Este capítulo não só envolve direitos religiosos como também aspetos sociais, políticos e económicos. Antes de analisar as relações entre o Padroado português e a colonização de Macau, queria mostrar a definição e significado de Padroado.

O Padroado define-se da seguinte forma num livro de Fortunato de Almeida :

O fundamento do Padroado era terem sido a igreja ou mosteiro fundados ou dotados por certa pessoa, que transmitia aos seus herdeiros a fundação como propriedade da família. Pela antiga disciplina, os fundadores tinham apenas o direito de Padroado, isto é, o direito de apresentar ao bispo pessoa idónea para ser provida na igreja ou no governo do mosteiro,

e a faculdade de vigiar a exacta aplicação das rendas segundo o espírito do fundador.  
(ALMEIDA, História da Igreja em Portugal, 1970, p. 106).

O Padroado são direitos e obrigações concedidos para proteger a propagação do catolicismo nos países não-católicos, é um privilégio Católico na carreira missionária no processo de propagação. A Igreja, nas fases iniciais de desenvolvimento, uma vez que convocava os crentes para ajudar a construir as suas instalações religiosas começou a dar-lhes todos os tipos de privilégios em troca. Com a expansão marítima portuguesa, o Padroado reavivou no exterior. O "Padroado" pode ser sinónimo da divisão do mundo por países europeus e é, desde há muito tempo, um símbolo de divisão igual do mundo por Portugal e Espanha. Estabelecer Padroado no exterior tornou-se um acordo de expansão dos países europeus e os países tinham o direito de expulsar os que chamavam de pagãos sem levar os povos indígenas em conta.

### 2.1.2 O Padroado Português no Extremo Oriente

Depois de conhecer o que é o Padroado, vamos analisar o que foi o Padroado Português.

O Padroado do rei de Portugal foi concedido em 1493 pelo Papa Alexandre VI. Nessa altura, Portugal e Espanha estavam no processo de aventuras no exterior, abrindo o caminho para as Américas, Ásia e rotas da Ásia. Muitos missionários procederam às suas atividades locais de catequização através dessas rotas. O caminho de Lisboa ao Cabo da Boa Esperança e a rota para o Oceano Índico foi descoberto por Vasco da Gama em 1498<sup>4</sup>.

Assim, em 1514, Leão X concedeu o Padroado da Ásia a Portugal. Este Padroado tinha várias características: os missionários na Ásia Oriental deviam ser registados no Governo de Portugal e eram levados nas naus portuguesas até à Ásia; o bispo do Extremo Oriente

---

<sup>4</sup> História dialética do Cristianismo / D. Dadeus Grings. - Porto Alegre : EDIPUCRS, 1994, p.195



era recomendado pelo rei de Portugal ao Papa, as missões de negociar assuntos locais seriam da responsabilidade do governo de Portugal; nas cerimónias religiosas locais o Governo Português era responsável por fornecer apoio missionário<sup>5</sup>.

Nos primeiros dias da entrada na China, o direito de Padroado fez com que os missionários portugueses estivessem numa posição vantajosa na carreira missionária. Seus números de missionários são mais numerosos do que os de outros países. Com os mesmos esforços, missionários portugueses alcançaram maior sucesso em empreendimentos missionários.

Antes de 1480, as bulas importantes «Rex Regum», «Super gregem dominicum» e «Eximie deuocionis affectus» foram promulgando por Martinho V (Martinho V, pontificado entre 1417 e 1431) no dia 4 de abril de 1418, 3 de julho de 1418 e 24 de novembro de 1420, a bula «Dum diversas» foi publicada por Nicolau no dia 18 de junho de 1452 e «Romanus Pontifex» no dia 8 de janeiro de 1455, «Inter caetera» foi publicada no dia 13 de março de 1456 pelo Papa Calisto III. (Monumenta Henricina, Vol. 1. Coimbra. Dinis, António J. Dias, 1960, p. 277-281)

Martinho V promulgou a bula «Rex Regum» que exigia que todos os príncipes e cristãos estivessem no mesmo lado de Portugal, de acordo com as ordens do rei de Portugal, propagando a cruzada, a fim de alcançarem uma expedição. Também apontou que as ações do rei não se limitavam a África, "deve se expandir para áreas vizinhas," as cidades e terras conquistadas seriam governadas por Portugal<sup>6</sup>.

A bula «Super gregem dominicum» concedeu ao povo português o poder de negociar com os outros povos, o que quebrou a rotina, porque o normal era proibir o comércio com eles<sup>7</sup>. «Eximie deuocionis affectus» concedeu ao Príncipe D. Henrique o direito

---

<sup>5</sup> Portugal Antigo e Moderno, vol. XI, Lisboa, 1875, p.408; O Padroado Português do Oriente e os factores Exógenos, Manuel Gonçalves Martins, p.6; Os bispos de Portugal e do Império, 1495-1777, Coimbra, 2006, p.43

<sup>6</sup> A bula Rex Regum é uma documentação que incentivou o tráfico de escravos pelos portugueses de África, assinada pelo Papa Eugénio IV, sucessor de Martinho V. Lusitania Sacra, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, Confrarias, Religiosidade e Sociedade: Sécs.XV a XVIII, 2ª Série, Tomo VII, Lisboa, 1995, p.406-407; Bibliografia Henriquina, vol.I, Lisboa, 1960, p.270.

<sup>7</sup> Lusitania Sacra, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, Confrarias, Religiosidade e Sociedade: Sécs.XV a XVIII, 2ª Série, Tomo VII, Lisboa, 1995, p.407

de gerir cavaleiros de Cristo com autoridade total.

A bula «Dum diversas» publicada em 18 de junho de 1452 foi dirigida ao rei Afonso V de Portugal:

(...) nós lhe concedemos, por estes presentes documentos, com nossa Autoridade Apostólica, plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo, onde quer que estejam, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades (...) e reduzir suas pessoas à perpétua escravidão, e apropriar e converter em seu uso e proveito e de seus sucessores, os reis de Portugal, em perpétuo, os supramencionados reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades, possessões e bens semelhantes (...)."(LIMA e OLIVEIRA, 2011, p.3)

De facto, esta serviu para conceder a Portugal os direitos de invadir sem limites regiões consideradas pagãs.

Em 1455, Nicolau V publicou a bula «*Romanus pontifex*», delegando a D. Afonso V o Rei de Portugal, o monopólio do comércio e navegação desde o Cabo Bojador até à Guiné<sup>8</sup>. Este monopólio deu poder aos reis de Portugal, pois a bula era também uma proibição aos outros países cristãos que queriam enviar os seus barcos a África. Esta bula é uma licença importante que aprovou que Portugal construísse igrejas, mosteiros e outras obras religiosas nas terras ultramarinas descobertas e nas que viriam a ser descobertas. O principal desta bula são os direitos concedidos de invadir terras e bens sem quaisquer limites.

A bula «*Inter cetera*» é o reconhecimento dos direitos da Ordem de Cristo geridos por Príncipe D. Henrique de lidar com os assuntos da igreja, ou seja, o poder de administração religiosa nas terras descobertas ou nas terras que seriam descobertas

---

<sup>8</sup> O Mistério de Vasco da Gama, Armando Cortesão, Junta de Investigações do Ultramar, 1973, p.47; Bibliografia Henriquina, vol.I, Lisboa, 1960, p.387

posteriormente<sup>9</sup>.

Estas bulas não são apenas para incentivos do Papa à descoberta no exterior portuguesa, mas também proteger esta expansão no exterior, o que se tornou no espírito dos cruzados e dos cristãos. Também concederam a Portugal uma série de privilégios, como o direito político de posse de terras que foram descobertas por Portugal, o direito económico de comércio e o direito religioso de missionar. Estes privilégios foram monopolizados por Portugal, se os outros países violassem estes privilégios, estavam sujeitos a penalidades severas, incluindo excomunhão<sup>10</sup>. As bulas foram notificadas a todos os países europeus, de modo que as bulas que auxiliavam os interesses de Portugal tinham propriedade de internacionalização. Em troca, o rei de Portugal garantiu construir novas igrejas na área descoberta e enviou bispos.

Perante o crescimento da Espanha, Portugal começou a perceber que havia necessidade de clarificar o alcance do seu Padroado, para defender os seus interesses coloniais no exterior. Em 21 de junho de 1481, O Papa Sisto IV promulgou a bula «Aeterni regis», aprovando o Tratado das Alcáçovas-Toledo, um diploma assinado por Portugal e os reinos vizinho<sup>11</sup>. Novamente, fazendo com que o direito de descobrimentos portugueses se estendesse para o Oceano Atlântico e a costa africana. Em junho de 1493, o Papa Alexandre VI promulgou a 4 de maio uma famosa linha de demarcação que se chama “meridiano papal” na bula *Inter cætera* (*Inter Caetera*), dividindo o Novo Mundo entre Portugal e a Espanha através de um meridiano que passava 100 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde: o que estivesse a oeste do meridiano seria espanhol. Foi negociado o *Tratado de Tordesilhas* (1494), que estabeleceu um novo meridiano a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII), Giuseppe Marcocci, Coimbra, 2012, p.64; Bibliografia Henriquina, vol.I, Lisboa, 1960, p.400.

<sup>10</sup> Tratado de todos os vice-reis e governadores da Índia, Afonso Eduardo Martins Zúquete, Editorial Enciclopedia, 1962, p.32.

<sup>11</sup> Naquela época, foram Aragão e Castela, antigos reinos na Península Ibérica.

<sup>12</sup> *Mare liberum*: revista de história dos mares, Edição 8, 1994, p.9; *Historia Medieval II: (Siglos XIII-XV)*, Julián Donado Vara; Ana Echevarría Arsuaga; Carlos Barquero Goñi, Madrid, 2014, p.401.

O Papa Clemente VII aprovou o *Tratado de Saragoça* em que concedeu a Portugal o seguinte direito exclusivo:

As partes acabaram por chegar a acordo em inícios de 1529. No dia 22 de Abril desse ano foi assinado, em Saragoça, um tratado que estipulava que a Monarquia Hispânica colocava de lado todas as suas reivindicações de posse das ilhas de Maluco<sup>13</sup> e do direito de nelas navegar e comerciar. Desta forma o semi-meridiano de Tordesilhas passaria a constituir um meridiano, que passaria 297,5 léguas a ocidente do arquipélago, propondo-se a realização futura de estudos conjuntos que pudessem resolver de forma conclusiva a dúvida sobre a zona de demarcação em que as ilhas se localizavam. Por sua vez, a Coroa portuguesa comprometia-se a não erguer novas fortalezas na região, devendo igualmente pagar 350.000 ducados, em troca dos quais veria reconhecidos os seus direitos. O acordo alcançado em Saragoça permitiu, desta forma, aos Portugueses oficializar a sua hegemonia sobre as ilhas de Maluco e do seu lucrativo comércio. (Tratado de Saragoça. Cf. José Ferreira)

Em 3 de novembro de 1534, o Papa Paulo III anunciou estabelecer o Diocese de Goa na Índia, com a competência da área desde o Cabo da Boa Esperança à China<sup>14</sup>, e o rei português tinha os direitos de propor candidatos de bispos e clérigos ao Papa, mas também tinha a obrigação de fornecer segurança material para proteger atividades académicas da paróquia<sup>15</sup>. E de acordo com o tratado de Saragoça, o Extremo Oriente era uma esfera sob influência de Portugal, portanto Portugal teria naturalmente o Padroado Português no Extremo Oriente, como uma parte do Padroado da Ásia.

Através das bulas e tratados mencionados acima, obviamente, depois de anos de reivalidade com a Coroa de Espanha pelo poder de dividir o novo mundo, Portugal

---

<sup>13</sup> As atuais Molucas.

<sup>14</sup> Estudos Biographicos, ou Notícia das Pessoas Retradas nos Quadros Históricos Pertencentes à Biblioteca Nacional de Lisboa, José Barbosa Canaes de Figueiredo Catello-Branco, Lisboa, 1854, p.117.

<sup>15</sup> Direito e direitos humanos: abordagem histórico-filosófica e conceitual, Flávia de Ávila, 1ª Edição, 2014, p.340.

também tem hegemonias reconhecidas pela Santa Sé no Extremo Oriente. Assim, o Padroado Português no Extremo Oriente estabeleceu-se formalmente.

### 2.1.3 O Indulto Concedido pelo Papa ao Padroado Português

Desde o século XIV, com o reforço da monarquia e o surgimento de pensamentos humanistas no continente europeu, a autoridade do Papa começou a diminuir. De 1378 a 1417, uma crise religiosa ocorreu, o Grande Cisma; na época do Cisma, o rei de Itália apoiava o Papa em Roma e o rei de França apoiava os que queriam lutar pelo direito de controlar a autoridade da Igreja Católica<sup>16</sup>. Caso o Papa fosse relutante em conceder a liberdade de que as igrejas nacionais precisavam, então o clero mais alto devia ser nomeado pela corte imperial. Este fenómeno foi importante em Inglaterra e França desde o século XIV até ao XV. A legislação contra o Papa “Pragmática Sanção de Burges” mostrou pela primeira vez que eram os reis que tinham o poder de controlar as igrejas francesas, não os papas. E um acordo em 1516 entre o rei francês e o Papa, concedendo ao rei francês o direito de absoluto controle, é um verdadeiro reflexo da França com o seu controle de igrejas próprias<sup>17</sup>.

Neste caso, o Papa virou a sua atenção para o exterior da Europa, esperando poder expandir o mundo cristão para manter e demonstrar a sua autoridade, e ao mesmo tempo elevar o seu estado a juiz supremo dos conflitos dos países coloniais, envolvendo-se mais na distribuição dos benefícios e controlando as terras conquistadas.

O Papa utilizou as suas autoridades religiosas não só para defender os poderes políticos de governantes seculares, mas também para defender os poderes da Igreja. E na missão

---

<sup>16</sup> As Mentiras Maçónicas e Eclesiásticas, vol.1, Fábio Gardenal Inácio, p.116-119.

<sup>17</sup> Foi a Concordata de Bolonha, o tratado assinado entre Francisco I de França e o papa Leão X, que aumentou o poder da coroa francesa sobre a Igreja Católica. O monarca francês passou a ter o direito de indicar os bispos e outras autoridades eclesiásticas. (Direito e direitos humanos: abordagem histórico-filosófica e conceitual, Flávia de Ávila, 1ª Edição, 2014)

de expansão e navegação, Portugal estava um passo à frente dos outros países, o que agradou ao Papa e por isso foi o primeiro a obter o Padroado.

## 2.2 A Razão Económica de Portugal Precisar de Padroado no Extremo

### Oriente

A obtenção do direito de Padroado no Extremo Oriente por Portugal não só se deveu ao fervor religioso, mas também a profundas razões políticas e económicas, sendo estas complementares com a expansão colonial portuguesa.

Em primeiro lugar, Portugal precisava do apoio do Papa à expansão colonial no Extremo Oriente. Portugal e Espanha foram apoiados pelo Papa na expansão ultramarina, formando um contraste flagrante com as disputas entre Inglaterra, França e outros países com o Papa. Por um lado é porque desde o final da Idade Média, a relação entre a Espanha, Portugal e o Papa era próxima em geral. Os antigos reis de Portugal e Espanha achavam que não só tinham obrigações de alimentar e proteger os cristãos nos territórios sob o seu controle, mas também tinham a obrigação de propagar o cristianismo no exterior. Por outro lado, precisavam de “agir sob a bandeira da religião”, utilizando o cristianismo como uma ferramenta poderosa para conquistar e dominar a maioria do território colonial, e utilizar a autoridade papal para a expansão colonial no exterior, que era assim coberta por um revestimento "legítimo". Desde a Idade Média, os europeus acreditavam que vários grupos étnicos eram membros do mundo cristão, religiosos ou seculares ambos foram dominados separadamente pelo Papa ou reinados pelo imperador romano, e o Papa era como o ortodoxo do mundo cristão, controlando o poder de administração razoável e legal sobre os pagãos "bárbaros". Mesmo naquela época havia um princípio reconhecido por Espanha de que o Papa tem direito de distribuir o controle secular sobre quaisquer regiões que não são dominadas por governantes cristãos. Assim, os reis cristãos também tinham o direito

de conquista da região e as ações resultantes dessa conquista eram consideradas atos justos, porque o objetivo destas ações era considerado bom, em favor de libertar os pagãos da escuridão.

Além disso, os dois países também dependiam da Santa Sé para combater as violações dos países cristãos como uma única instituição de autoridade internacional, o Papa era o único que tinha o direito de resolver as disputas dos interesses de todos os países dentro do mundo cristão. Assim, Portugal e Espanha sempre apoiaram a autoridade papal e as suas atividades nas esferas exteriores, e usavam o Padroado para promover a sua missão de expansão no exterior e para as descobertas. Com a expansão das colónias de Portugal, o Papa começou a ter um favoritismo por Portugal, concedendo-lhe mais privilégios. Esses privilégios, por sua vez, promoveram a expansão colonial de Portugal.

Até à primeira metade do século XVI, a influência de Portugal estava localizada em todo o Oceano Índico e no Extremo Oriente, estabelecendo um enorme império ultramarino. O rei de Portugal, para além de já possuir o título de Rei do Reino de Algarve<sup>18</sup> e de Portugal, ganhou um novo título: "Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia"<sup>19</sup>. Em segundo lugar, Portugal precisava do Padroado para servir a sua política colonial no Extremo Oriente, o núcleo da política era o monopólio do comércio euro-asiático. O propósito fundamental da expansão ultramarina de Portugal era atingir os objetivos económicos. No final da Idade Média, devido ao desenvolvimento do capitalismo comercial, as transações entre países tornaram-se cada vez mais frequentes. A fim de satisfazer a acumulação primitiva do capital e as necessidades de desenvolvimento da economia de mercadorias, foi desencadeada uma onda de "febre do ouro" na Europa Ocidental<sup>20</sup>, e o ouro também se tornou um metal precioso para a produção de moedas. No século XV, a procura de ouro espalhou-se por toda a Europa, neste contexto a febre portuguesa foi “pior” para

---

<sup>18</sup> O Reino do Algarve era o nome de um antigo reino que existiu na região do Algarve, em Portugal.

<sup>19</sup> Documentos Históricos, Vol.LVI, Biblioteca Nacional, p.8.

<sup>20</sup> O capitalismo monárquico português, 1415-1549: contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno, Volumes 1-2, Manuel Nunes Dias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1963, p.117.

impulsionar as navegações e com a circulação duma série de narrações de viagem, como "As Viagens de Marco Polo", que desencadeou uma "febre oriental" nos países europeus ocidentais. Estes não só precisavam do ouro e prata do oriente, como também precisavam de mercadorias preciosas, principalmente especiarias orientais. Devido ao inverno na Europa ser muito frio, o gado dificilmente sobrevivia, por isso, muitas vezes, as pessoas abatiam os animais antes do inverno<sup>21</sup>. As especiarias, sendo um tipo de condimento, não só podem ser misturadas com sal para conservar a carne, mas também podem ser usadas como temperos ou para mascarar o sabor da carne, e também podem ser utilizadas para produzir perfumes, drogas medicinais e rituais, portanto, os europeus na sua vida diária em geral precisavam das especiarias.

No entanto estas crescem principalmente em regiões tropicais do Extremo Oriente. Para satisfazer a procura europeia de especiarias era preciso comprá-las no Extremo Oriente; depois, transportavam-nas por via marítima ou por terra para chegarem a vários portos do Mediterrâneo, e de lá eram transportadas para os mercados de Atenas e Roma. Por isso, sendo a rota distante e perigosa, quando as rotas de comércio por terra foram cortadas pelos mongóis e turcos, o fluxo de especiarias a entrar na Europa diminui, e assim estas tornaram-se verdadeiros "tesouros".

Para comprar especiarias das mãos dos comerciantes muçulmanos e italianos que controlavam o comércio de especiarias da Ásia-Europa, os países da Europa Ocidental começaram a pagar uma enorme quantidade de dinheiro, especialmente no século XIV e XV, época em que a crise<sup>22</sup> aumentou os preços que já eram elevados dos bens orientais, o valor de um barco de especiarias que Vasco da Gama trouxe em 1498 da Índia era equivalente à multiplicação do custo total da sua expedição<sup>23</sup>. Isto resultou na perda monetária de ouro e prata dos países da Europa Ocidental, mas também houve ódio dos países cristãos do Ocidente e dos países muçulmanos do Oriente. Os

---

<sup>21</sup> História do Brasil para estudos sociais, Luis Gonzaga de Oliveira Pinto, Edição Saraiva, 1973, p.30.

<sup>22</sup> Refere-se ao período de vários desastres na Europa: escassez de alimentos, a fome, os surtos de doenças, guerras, etc., e a morte do povo causada pela Peste Negra, que causaram a turbulência e o declínio da sociedade europeia naquela época.

<sup>23</sup> Colóquios dos simples e drogas da Índia, Garcia De Orta, Lisboa, 1891, p.252-253.



portugueses foram os primeiros a reconhecer a necessidade de abrir uma rota nova livre de influências políticas e modificações de rotas terrestres. Através desta rota nova enfraqueciam-se as forças comerciais muçulmanas do Oceano Índico e do Extremo Oriente, quebrando a antiga rede comercial asiática dirigida por eles. Assim, o comércio de especiarias foi transferido para o caminho sob o controlo de Portugal, a rota atlântica do Cabo da Boa Esperança, finalmente, para o monopólio de comércio de especiarias Ásia-Europa.

Depois de Vasco da Gama chegar à Ásia em 1498, os portugueses atingiram os dois objetivos principais das suas políticas na Ásia com meio século ou mais. O primeiro foi quando Portugal ganhou uma posição firme em Cochim e Goa, na costa oeste da Índia, em 1509 através da batalha naval de Diu onde basicamente derrotou as forças dos muçulmanos no Oceano Índico, controlando a sua rede de comércio<sup>24</sup>, e realizando o seu objetivo de o tornar num canal de comércio euro-asiático, constituído pela estrada do Extremo Oriente que foi controlada pelos muçulmanos e pela rota do Cabo da Boa Esperança controlada pelos portugueses. Isto não só foi um golpe económico grave para os muçulmanos e para as forças comerciais de Veneza, mas também tornou Lisboa o novo centro de especiarias da Europa. Espanha e os países nórdicos competiam para ir a Lisboa comprar especiarias e outras mercadorias do Extremo Oriente. O segundo foi que Portugal ocupou Malaca, o importante centro de transporte comercial, em 1511, abrindo a rota da Ásia-Europa de Lisboa-Goa-Malaca. Isto não só enfraqueceu as forças marítimas comerciais dos muçulmanos no Extremo Oriente, como ainda fortaleceu o monopólio português no comércio entre o Extremo Oriente e a Europa, também permitindo a Portugal obter uma enorme quantidade de benefícios, pois uma vez que Malaca está localizada na ponta sul da Península Malaia, no intercâmbio do Oceano Índico e Pacífico, é o único ponto onde o tráfego marítimo tinha de passar obrigatoriamente; na época era o maior centro de abastecimento de especiarias e

---

<sup>24</sup> As batalhas que fizeram Portugal, Susana Lima, Alfragide, 2014, p.72.

pimenta, o centro do sistema de comércio do Sudeste Asiático, China e Índia, e por isso tem um importante valor.

O português Tomé Pires chegou a Malaca no início do século XVI e comentou que Malaca era uma cidade estabelecida para mercadorias e que era a cidade mais adequada para o comércio em comparação com qualquer outra cidade do mundo<sup>25</sup>. Ao longo das décadas seguintes tudo se intensificou, com Portugal a estabelecer três principais rotas comerciais, Malaca - Macau - Nagasaki, Macau - Manila<sup>26</sup> e Malaca – Ilhas Molucas, integrando-se ativamente na rede de comércio do Pacífico Ocidental, as suas forças comerciais estavam infiltradas nas várias regiões do Extremo Oriente.

O século XVI foi o auge do Império Português, mas também foi época de ouro de Portugal no Extremo Oriente, pois manteve o direito do comércio entre a China e a Europa, e até mesmo o direito de comércio entre a China, Japão e Manila, que era exercido sob o seu domínio. Estas atividades comerciais trouxeram enormes lucros para Portugal, sendo que o lucro líquido anual do comércio de especiarias atingiu um milhão de cruzados.

Os portugueses também desempenharam um papel de intermediários e transportadores na rede interna de comércio no Extremo Oriente, obtendo lucros através do comércio Extremo Oriente, como no comércio entre a China, Japão e Filipinas, porque perceberam que podiam ter tanto lucro através do comércio intra-asiático como através do comércio Ásia-Europa. Nessa altura, os produtos chineses eram muito populares no mercado indiano, de modo que não era preciso os produtos chineses serem enviados para a Europa para serem vendidos a preços elevados, tais como os produtos chineses enviados para Goa e por outro lado, se os produtos do sul da Ásia fossem transportados para a China, por vezes também se podia obter lucro.

---

<sup>25</sup> Esparsos, Armando Cortesão, vol III, 1975, p.215.

<sup>26</sup> Manila é a capital das Filipinas.

No entanto, nessa altura a identidade de um missionário no Extremo Oriente não é apenas de um simples missionário com a missão religiosa, muitas vezes também participavam de algumas atividades empresariais. Embora os portugueses tivessem o direito de expulsar “empresários” seculares de outros países católicos no Extremo Oriente, se os outros países católicos enviassem missionários para o Extremo Oriente com a missão de pregar e estes se envolvessem secretamente em atividades comerciais, Portugal não tinha o direito de expulsar.

Sob a proteção e o nome do Padroado, mercadores portugueses no Extremo Oriente podem tirar o comércio de especiarias das mãos dos muçulmanos e quebrar o monopólio, trazendo benefícios económicos e especiarias mais baratas para o país. A maioria dos temperos chineses da época vinha de outros países asiáticos, portanto, controlar o comércio de especiarias na região asiática através do Padroado também significava mais oportunidades para aumentar o comércio com a China.

## **Capítulo 3 - A Relação entre Portugal e as Dinastias Qing e Ming da China**

Depois de aprender com o capítulo anterior como Portugal começou a colonização ultramarina sob a proteção do Padroado, em seguida apresentarei uma série de eventos sobre a ocupação de Macau depois que os portugueses vieram para a China, ajudando os alunos a compreender as causas internas e externas da colónia de Macau e os antecedentes históricos. Neste capítulo, entendendo eventos históricos, o objetivo fundamental é capacitar os alunos para aprender a história e explorar os factos de uma maneira objetiva e racional em face de problemas que aconteceram. Portanto, quando se trata da inconsistência entre a China e Portugal em algumas questões históricas, os professores devem se concentrar em orientar os alunos a ver questões históricas controversas de maneira dialética e objetiva. Contar a história só é uma ponte, para permitir que os alunos dominem uma atitude mais correta em relação à aprendizagem de história. A escolha deste período da história sino-portuguesa é um bom ponto de partida para expressar as diferentes posições dos dois países em questões históricas.

### **3.1 O Processo da Fixação com Sucesso dos Portugueses em Macau**

#### **3.1.1 Atividades Portuguesas na China no Século XVI**

A partir do início do século XV, os portugueses começaram as suas atividades de expansão colonial no exterior. Em 1415, o exército português conquistou uma importante cidade, Ceuta, no norte de África, que foi o ponto de partida dessas atividades. Desde então, Portugal ocupou o arquipélago da Madeira e Açores que se situam a uma distância de milhares de quilómetros de Portugal continental. Em 1497, a frota de Vasco da Gama contornou o Cabo da Boa Esperança na África, alcançando no Oceano Índico e invadindo muitas cidades importantes na costa oeste. Em 1510, os

portugueses conquistaram Goa, situada na Índia, a qual se tornou numa capital da colónia portuguesa na Índia e uma base de expansão. Em 1511, Portugal invadiu Malaca.

Em 1521, a frota portuguesa chegou ao lado oeste do estuário do Rio das Pérolas em Tamão<sup>27</sup> na província de Guangdong, tentando entrar na China à força. Através da venda de pimentas em Tamão, os portugueses obtiveram uma grande quantidade de benefícios, ao mesmo tempo trocaram produtos chineses e começaram a perceber melhor a China. De acordo com a prática de Portugal quando conquistou as regiões costeiras do Atlântico e do Oceano Índico, os portugueses ergueram uma estela com o emblema nacional de Portugal na ilha de Tun Mun, para mostrar a ocupação.

Entre 1521 e 1522, as duas lutas entre as frotas da Dinastia Ming e os portugueses foram em Tunmun (Batalha de Tamão) e Xicaowan (Batalha da Ilha da Veniaga)<sup>28</sup> e Portugal foi derrotado e expulso da costa de Guangdong. Guangdong já não podia ser a base de apoio dos portugueses, então Portugal foi para as zonas costeiras das províncias de Zhejiang e Fujian. Os portugueses estabeleceram uma base de apoio no porto de Shuangyu<sup>29</sup>.

Os dias de Shuangyu como um centro de contrabando e paraíso pirata começaram já em 1524. Os comerciantes chineses foram impedidos de negociar com os estrangeiros devido às leis de proibição marítima da dinastia Ming. Para realizar negócios privados na China, os comerciantes japoneses e portugueses colaboraram com contrabandistas em portos insulares ao longo da costa de Zhejiang e Fujian. Em 1548, o governador e o exército da China conquistaram de volta o Porto de Shuangyu, queimando quartéis, navios de guerra e outros edifícios na ilha e todas as residências foram destruídas<sup>30</sup>. Depois de esforços de quatro décadas, os portugueses foram incapazes de ganhar uma

---

<sup>27</sup> Também pode ser Tuen Men ou Tunmen.

<sup>28</sup> Review of culture, Volume 1, Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau, 2005, p.190.

<sup>29</sup> Review of culture, Volumes 21-24, Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau, 2007, p.1.

<sup>30</sup> Instituto: revista científica e literária, Volumes 75-76, Instituto de Coimbra., 1928, p.26.

posição na província de Guangdong, Zhejiang, entre outros, e assim Macau tornou-se o alvo seguinte de Portugal.

### 3.1.2 Entrada e Estabelecimento de Portugal em Macau

Macau está perto de província Guangzhou e Guangdong. Pode dizer-se que é o porto exterior das duas províncias, o comércio com as duas províncias pode ser considerado o comércio básico de Portugal na China, depende da demanda do mercado chinês para os mercados internacionais e das vantagens dos produtos chineses para exportação. Portugal ganhou vantagens internacionais, ligação à China continental e a outros países asiáticos, ao mesmo tempo que fez Macau crescer, se desenvolver e prosperar. A sua localização geográfica e importância internacional, bem como a influência da comunicação económica, cultura e religião, fazem de Macau um bom objecto colonial.

Em relação ao estabelecimento de Portugal em Macau, há sempre versões diferentes entre a China e Portugal. Os investigadores chineses não concordam com a versão de os portugueses terem ficado em Macau para expulsar os piratas, mas afirmam que os portugueses mudaram a sua ideia anterior pela força militar, entrando em contato com funcionários locais da dinastia Ming por iniciativa própria e tentando ganhar a sua confiança. Uma vez que o comércio com os europeus foi proibido na dinastia Ming, o capitão português ordenou que os portugueses no Mar da China não podiam desembarcar e não podiam fazer nada contra o povo chinês. Então, através de um homem chamado Zhou Luan como intermediário, conseguiram entrar em contato com o intendente da Aitão Wang Bo<sup>31</sup>, responsável pela via marítima, por meio de subornos enormes. Wang Bo apresentou à corte o pedido dos portugueses e recebeu a autorização para comercializar. No caso de ser verdadeiro este episódio, o estabelecimento português em Macau foi, de facto, autorizado pela corte chinesa<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Aitão (chinês haidao fushi): o comandante da guarda costeira, com jurisdição sobre os estrangeiros.

<sup>32</sup> Review of culture, Edição 1, Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau, 2002, p.61.

### 3.2 A Gestão de Macau do Governo das Dinastias Ming e Qing

Os portugueses, depois de anos de estudo e gestão, finalmente conseguiram uma posição em Macau. Assim, mais portugueses seguiram e intensificaram as atividades comerciais nas zonas costeiras da província de Guangdong, incluindo Guangzhou.

Ao mesmo tempo, os portugueses continuaram a desenvolver as suas forças militares, que foi contra a proibição de governo da Dinastia Ming, sob o pretexto de proteger a segurança dos portugueses e comércio, estacionando um grande número de tropas. Durante setenta anos, desde 1557 até 1626, em Macau, os portugueses construíram seis baterias<sup>33</sup>. Os canos destes canhões estão colocados em direção à China continental (He Wencun: Edição do Diário do Povo ao exterior, 01.02.1999). O movimento de fortalecimento das forças militares do governo central português em Macau, com uma parte de funcionários locais da província de Guangdong, sugeriu expulsar os portugueses de Macau.

As primeiras medidas foram tomadas pelo funcionário oficial Yin Zhengmao durante 1570-1575. Yin Zhengmao formulou três medidas: em primeiro lugar, cobrar impostos dos navios, de acordo com o tamanho do navio; em segundo lugar, cobrança de aluguer de terra, desde o ano de 1572, Portugal pagou uma renda de 500 taéis<sup>34</sup> de prata por ano ao Governo Chinês, como custo de residência dos portugueses em Macau, esta situação continuou até 1849; em terceiro lugar, a criação de Portas do Cerco (He Wencun: Edição do Diário do Povo ao exterior; 01.02.1999). Estas medidas de Yin Zhengmao na verdade foram um acordo de residência portuguesa, fortaleceram a gestão e prevenção, o que acabou por permitir aos portugueses, que tinham sido expulsos de todos os lugares ao longo dos anos, obter a residência em Macau.

Quando os portugueses entraram em Macau, Macau ainda estava sob a jurisdição de

---

<sup>33</sup> Arquitectura de Macau, Wu Yao; Zhu Rong, Hongkong, 2013, p.43.

<sup>34</sup> Tael (chinês simplificado: 两, liǎng, pode referir-se a diferentes medidas de peso do Extremo Oriente. Na China, a unidade tem valor monetário.)

Guangzhou. À medida que os portugueses e outros empresários estrangeiros aumentam, empresários chineses de todo o país entraram em Macau. O governo Ming desenvolveu uma organização especial, que permitiu aos portugueses ter certa autonomia. De facto, a corte imperial não expulsou estritamente os portugueses, permitindo seu comércio, um suborno aos funcionários da corte, e o outro o tribunal queria depender de impostos sobre Portugal para aumentar as receitas fiscais. Além disso, o imperador da época precisava de um comércio de especiarias para satisfazer sua demanda por âmbar gris<sup>35</sup>, a fim de perseguir seu próprio desejo de viver para sempre.

### 3.3 Ocupação Bem Sucedida de Macau

Os portugueses falharam ao tentar fixar residência em Tuen Mun, na província de Guangdong, Shuangyu na província de Zhejiang, Wuzhou e Shangchuan na província de Fujian, e em Langbai de Província de Guangdong, por isso valorizaram Macau como seu ponto de fixação<sup>36</sup>. Por um lado, os portugueses mostraram respeito ao Governo Chinês e aceitaram as restrições, por outro lado, os macaenses que viviam em Macau, como colónia ultramarina portuguesa, estabeleceram instituições autónomas com funções administrativas, judiciais, financeiras e outras, para a gestão dos assuntos internos, usando o sistema político e jurídico de Portugal.

Há uma ligação entre a promoção gradual do sistema de gestão, política e direito e a ocupação das regiões de Macau. A primeira é a ocupação gradual da península de Macau, que por sua vez pode ser dividida em duas fases, antes e depois das Guerras do Ópio.

Até ao início do século XVII os holandeses atacaram repetidamente e observaram Macau, com o objetivo de substituir Portugal. Sob o pretexto de precisarem de se

---

<sup>35</sup> Naquela época, a demanda do imperador Jiajing por âmbar gris atingiu o nível de loucura e ele não hesitou em procurar a todo custo. O âmbar gris comprado era usado para sacrifícios no templo que, por um lado, reza aos antepassados para abençoar e repelir os inimigos estrangeiros o mais rápido possível, por outro lado, ora pela vida eterna do imperador.

<sup>36</sup> 走近澳門，黃之豪，人民日報出版社，北京，1999（Aproximando-se de Macau, Huang Zhihao, People's Daily Press, Pequim, 1999）



defender dos ataques holandeses, os portugueses contrataram trabalhadores chineses para construir muralhas na cidade, baterias e outras fortificações. Depois de anos de esforços, os portugueses construíram a Fortaleza de S. Francisco e a Fortaleza de S. Pedro, para controlar o porto exterior, construindo a Fortaleza do Templo de A-Ma para controlar a entrada no porto. Em 1616, a Fortaleza da Antiga Catedral de São Paulo foi construída com sucesso. Em 1623, construíram a Fortaleza da Colina da Guia e Fortaleza da Colina da Penha, controlando dois altos comandos e expandindo a área ocupada a partir do pequeno canto sudoeste para meio da península de Macau, uma área de cerca de 12 quilómetros quadrados<sup>37</sup>.

Em 1840, ocorreu a Guerra do Ópio que chocou o mundo, depois da assinatura do "Tratado de Nanquim", tratado que exigia que a China abrisse cinco portos em Guangzhou, Xiamen, Fuzhou, Ningbo e Xangai, para a realização de livre comércio<sup>38</sup>. A nova situação de abertura de cinco portos comerciais e do porto comercial em Hong Kong fez com que Macau, com uma história de quase trezentos anos de residência portuguesa, enfrentasse uma crise profunda, mas por outro lado também trouxe oportunidades. A separação e ocupação britânicas “estimularam o apetite” dos portugueses, os quais começaram a ocupar mais lugares na península de Macau e em toda a China, tornando o seu sonho em realidade.

Em 1843, o ministro colonial português indica outro novo governador de Macau para apresentar reivindicações ao governo da Dinastia Qing de uma série de requisitos sobre os privilégios de Macau, incluindo os seguintes: em primeiro lugar, a expansão dos limites territoriais de Macau pelo menos para o fim da localização das Portas do Cerco; em segundo lugar, de acordo com os privilégios que a China concedeu à Grã-Bretanha no "Tratado de Nanquim", em futuros intercâmbios entre autoridades portuguesas e chinesas é preciso garantir igualdade de etiqueta e que não haja discriminação ou situações em que sejam tratados como subordinados; em terceiro lugar, com a extensão

---

<sup>37</sup> 走近澳門，黃之豪，人民日報出版社，北京，1999（Aproximando-se de Macau, Huang Zhihao, People's Daily Press, Pequim, 1999）

<sup>38</sup> A revolução chinesa, Wladimir Pomar, São Paulo, 2003, p.32

de fronteiras, depois das autoridades chinesas se retirarem, Macau seria considerada completo território português, a região que originalmente era administrada pela população chinesa teria agora alterado o sistema de jurisdição que formou no século anterior<sup>39</sup>.

Em julho de 1843, o Governo Português em Macau enviou uma nota diplomática ao Comissário Imperial da Dinastia Qing, Qi Ying, propondo alterar totalmente a competência do Governo da Dinastia Qing sobre Macau<sup>40</sup>, incluindo a expansão das fronteiras, isenção de aluguer e abertura de portos de Hong Kong e Macau para o exterior. Depois de negociações, o governo Qing e Qi Ying fizeram concessões em algumas áreas, por exemplo, concordando com construção de casas em Macau, mas para além das zonas exteriores às muralhas das Ruínas da Antiga Catedral de São Paulo; concordando que comerciantes portugueses e de outros países fossem a cinco portos para fazer comércio; e concordando que navios mercantes de vários países fizessem negócios em Macau, pagando impostos de acordo com os novos regulamentos. Em agosto de 1844, o governador português em Macau submeteu a Qi Ying outra nota, solicitando ao Governo da Dinastia Qing a aprovação de estender o limite das fronteiras e isenção de aluguer, mas o governo da Dinastia Qing só fez concessões no comércio, nos aspetos de expansão e isenção de aluguel não fez nenhuma concessão.

Como não conseguiram alcançar o seu objetivo final por meio de negociação, tomaram uma decisão para alcançar as suas aspirações - ocupação da soberania territorial da China, para realizar o domínio colonial. Em setembro de 1844, o Governo Português publicou um decreto, declarando que Macau, Timor e Solor continuavam a formar uma província independente da Índia<sup>41</sup>. Em agosto de 1845, o governador português de Macau propôs ao governador da província de Guangdong e Guangxi que os chineses em Macau serão colocados sob a jurisdição das autoridades de Portugal, porém foi

---

<sup>39</sup> 南開大学历史研究所建所二十周年纪念文集，南開大学出版社，1999，p.297-298 (Coleção do 20º Aniversário do Instituto de História da Universidade de Nankai, Nankai University Press, 1999, p.297-298)

<sup>40</sup> Uma relação especial: Macau e as relações luso-chinesas, 1780-1844, Ângela Guimarães, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 1996, p.267.

<sup>41</sup> Esboço da história de Macau, 1511 a 1849, Artur Levy Gomes, Repartição Provincial dos Serviços de Economia e Estatística Geral (Secção de Propaganda e Turismo), 1957, p.342.

rejeitado de novo. Uma vez que não conseguiram atingir os seus objetivos, o Governo Português tomou duas ações principais:

Primeiro, em 20 de novembro de 1845, a Rainha Maria II de Portugal, decidiu que Macau era um porto franco, onde navios mercantes estrangeiros podiam fazer livre comércio com isenção de todos os impostos<sup>42</sup>.

Segundo, em 1846, nomeou João Ferreira do Amaral como governador de Macau<sup>43</sup>.

O Governo de Portugal deu ordens para ganhar a soberania de Macau e estabelecer novo domínio colonial.

No dia 15 de maio de 1848, as autoridades macaenses emitiram um aviso, exigindo que todos os chineses que possuíam campos agrícolas, no prazo de 15 dias a partir do dia da emissão, deviam, pessoalmente ou através de um mandante, obter e confirmar a sua escritura de propriedade no departamento do governo chinês. Sempre que alguém não completava as formalidades dentro do limite de tempo, era considerado como tendo desistido das suas terras, a área era considerada deserta e transferida para a propriedade do governo.

As autoridades locais da província de Guangdong protestavam e enviavam funcionários para investigar, mas as autoridades macaenses sob o domínio português na área das Portas do Cerco, no Norte da antiga muralha, não tomaram qualquer medida. Neste contexto, autoridades macaenses sob o domínio português ocuparam algumas aldeias e informaram os chineses que tinham de pagar aluguer ao Governo de Portugal em vez de pagar ao governo da Dinastia Qing.

Neste ponto, Portugal concluiu a ocupação de Macau.

---

<sup>42</sup> Os militares em Macau, Comando Territorial Independente de Macau, Manuel Teixeira, 1976, p.271.

<sup>43</sup> Arquivo nacional, Vol. 4, Edições 156-207, Empresa Nacional de Publicidade, 1935, p.331.

### 3.4 Assinatura do Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português

Desde as Guerras do Ópio os portugueses começaram a sua busca pela assinatura de um tratado comercial com o Governo Chinês, tentando “agarrar uma fatia” na divisão da China das mãos da Grã-Bretanha, França, Estados Unidos, Rússia e outros, esperando assinar tratados comerciais, para garantir a ocupação das terras ocupadas.

Entre 1851 e 1863, o governador português de Macau, Guimarães, foi nomeado como para negociar com o Governo Chinês, a fim de forçar as negociações com o governo da Dinastia Qing. Em abril de 1862, o governador português de Macau, Guimarães, em nome do Ministro de Portugal, não se conformou com as disposições que obrigavam a informar os funcionários de Tianjin<sup>44</sup>, em vez de informar diretamente Pequim, exigiu negociações com o governo Qing, mas foi novamente rejeitado. Ao mesmo tempo, o Ministro Francês ajudou Portugal<sup>45</sup> e o governo Qing negociou em Julho de 1862 com Portugal.

Em 13 de agosto de 1862, com representantes de Portugal, foi assinado o Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português.

Em maio de 1864, o representante de Portugal, o novo governador português em Macau, foi a Pequim para proceder à alteração do tratado<sup>46</sup>. Esta alteração com antecedência despertou a vigilância do governo da Dinastia Qing. O novo chanceler do departamento do Primeiro-Ministro da China, Xue Huan, mais familiarizado com assuntos externos, afirmou que o nono artigo minava a soberania e os interesses da China, e exigiu a revisão e a restauração do antigo sistema de governo da China, procedendo depois à

---

<sup>44</sup> Os militares em Macau, Manuel Teixeira, Comando Territorial Independente de Macau, 1976, p.429.

<sup>45</sup> António Feijó e Camilo Pessanha no panorama do orientalismo português, Manuela Delgado Leão Ramos, Fundação Oriente, 2001, p.54.

<sup>46</sup> História de Portugal: Ed. monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade, profusamente ilustrada e colaborada pelos mais eminentes historiadores e artistas portugueses. Direcção literária de Damião Peres, direcção artística de Eleutério Cerdeira, Vol. 7, Damião Peres, Eleutério Cerdeira, Portucalense Editora, 1935, p.555.

alteração do tratado. As negociações foram interrompidas e o Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português não entrou em vigor.

As autoridades macaenses aproveitaram esta oportunidade para terem o reconhecimento do governo da Dinastia Qing sobre a administração portuguesa de Macau através da cobrança de impostos. Considerando a receita fiscal do Estado, sob o incentivo do inspetor geral da alfândega imperial chinesa, Robert Hart, este foi enviado para contactar com os macaenses.

Em 1866, Hart foi a Macau para negociar com o governador de Macau, Tomás de Sousa Rosa<sup>47</sup>, sobre os assuntos de cooperação com Portugal e a cobrança de impostos em Macau. Rosa propôs uma série de condições de troca: o governo Qing concordaria com a estadia dos portugueses permanente para governar Macau, arrendamento de três ilhas, incluindo Gongbei, e fecho de todos os pontos de verificação de Macau.

Hart, sem o consentimento do governo chinês, aceitou completamente as condições de Rosa em 10 de agosto de 1886. Depois de Hart voltar a Pequim, convenceu o governo Qing a aceitar "o tratado proposto" e enviou um supervisor fiscal de Gongbei, seguidor de confiança de Hart, o inglês James Duncan Campbell, que foi a Lisboa para negociar os tratados acima mencionados pelo lado de Portugal, e concordou com todos os impostos cobrados obtidos pelas autoridades portuguesas.

Dentro do governo da Dinastia Qing, o lado que tinha ministro de Beiyang, Li Hongzhang<sup>48</sup>, queria aumentar as receitas fiscais, propondo concordar com o tratado, mas não concordando com a ocupação portuguesa de Gongbei. O lado dos funcionários, com Zeng Jize, filho de Zeng Guofan, como o líder, estava fortemente contra a venda da soberania chinesa, propondo alterar "o tratado proposto" porque os pontos de vista da parte portuguesa e chinesa tinham grandes diferenças. Após alguns dias de negociação, em 26 de março de 1887, James Duncan Campbell, em nome do governo

---

<sup>47</sup> Desde 23 de abril de 1883 até 7 de agosto de 1886 foi o 86.º Governador de Macau.

<sup>48</sup> Durante o seu governo como vice-rei incentivou o fortalecimento do Exército de Beiyang e da Frota de Beiyang tornando-os os mais poderosos da China.

Qing, assinou o "projeto de tratado sino-português de Lisboa" com o Governo Português em Lisboa.

Em 13 de julho de 1887, o representante de Portugal e ex-governador de Macau, Rosa, chegou a Pequim, negociou e assinou o tratado final com o Governo Chinês. No início da negociação, Rosa apresentou um mapa do "território de Macau". No mapa pode observar-se que o "território de Macau" cresceu para sete ilhas, incluindo a península de Macau no sul de Portas do Cerco, Ilha Verde, Ilha de Taipa, Coloane, Ilha de Dom João, Ilha de Montanha, Gongbei e Ilha de Maliu. O Yamen do primeiro-ministro, surpreendido com este assunto, recusou, e o vice-rei da província de Guangxi e Guangdong enviou funcionários para investigar a verdade a Macau. O governador da província de Guangdong, Wu Dahui, levou cinco barcos de armas para uma visita de campo nas ilhas da península de Macau, Ilha de Taipa e Coloane em 16 de julho. Depois de voltar à província de Guangzhou, os vice-reis da província de Guangdong e Guangxi, Zhang Zhidong e Wu Dahui, contaram ao governo de Qing o que tinham observado e fizeram oposição à assinatura de tratado. Hart e Rosa ficaram preocupados com o tratado, por isso Hart ofereceu conselhos a Rosa.

Por fim, depois de fazer algumas modificações sobre o estatuto de Macau no tratado, representantes de ambas as partes assinaram o "Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português " em 1 de dezembro de 1887 em Pequim. Uma vez que a assinatura aconteceu em Pequim, este tratado também ficou conhecido como o Tratado Sino-Português de Pequim. Em 28 de abril de 1888, o Ministro de Beiyang, Li Hongzhang, e o representante do Governo Português, Rosa, trocaram o texto do tratado em Tianjin e assim este entrou em vigor.

O "Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português " confere aos portugueses o direito de "gestão e residência permanente em Macau". Desde então, o Governo Chinês perdeu completamente a autoridade administrativa de Macau.

## **Capítulo 4 - O Verdadeiro Papel do Padroado Português no Extremo Oriente**

O último capítulo, combinado com o conteúdo dos dois primeiros capítulos, explora e resume o papel decisivo do Padroado nas atividades comerciais e coloniais de Portugal no Extremo Oriente, especialmente a colonização de Macau e faz com que os alunos compreendam o importante papel de apoio e relevância do Padroado para os portugueses em todas as atividades no Extremo Oriente. Enquanto estuda e discute esses conteúdos, dominará a capacidade de analisar e resumir.

Os primeiros missionários que se estabeleceram no Extremo Oriente desempenharam um papel importante como ponte no intercâmbio entre o oriente e o ocidente através da religião. No entanto, as identidades dos missionários do Extremo Oriente não foram limitadas àquelas de simples missionários. No início da era moderna, os interesses seculares e as conquistas espirituais foram partes importantes da expansão. O domínio colonial, a propagação religiosa e o desenvolvimento do comércio exterior reforçaram-se mutuamente. O domínio colonial abriu o caminho para a propagação religiosa e o desenvolvimento do comércio exterior; por sua vez, este último forneceu apoios financeiros para atividades da colonização e propagação da religião, a qual era propícia à estabilidade do domínio colonial, ao desenvolvimento do comércio e economia da colônia.

Portugal, sendo o primeiro país que fez expansão para o Extremo Oriente e teve o Padroado do Extremo Oriente, foi obrigado a tirar máximo proveito deste trunfo que estava nas suas mãos e controlar as forças das atividades da igreja no Extremo Oriente nas suas próprias mãos, utilizando-as para servir os seus interesses nativos.

Na época, as ordens de missionários europeus precisavam de ir ao Extremo Oriente para pregar sob o Padroado, por outro lado, eles também precisavam de uma forte monarquia para apoiar e proteger as suas atividades no exterior. Assim, no início do processo de pregação, também estavam dispostos a ouvir e servir o governo secular.

Após a era dos Descobrimentos, as regiões da Índia a que os primeiros missionários foram eram na altura protegidas pelos espanhóis, facto que afetou os interesses de Portugal na Índia e até nas regiões no Extremo Oriente. D. João III, o rei de Portugal, encontrou uma oportunidade em 1539. Pediu à recém-criada Companhia de Jesus para enviar missionários ao Oriente, desfrutando da proteção do Padroado de Portugal, o que inspirou o entusiasmo de missionar desta nova organização. A Companhia enviou de imediato o famoso Padre Xavier (Xavier, São Francisco) que levou o grupo de missionários para o Oriente<sup>49</sup>. Portugal enviou um grande número de jesuítas para o Extremo Oriente, e atuou como um protetor para lhes fornecer apoios, enquanto a Companhia de Jesus em retorno se tornou a principal representante da expansão da família real portuguesa no Extremo Oriente e as suas atividades no Extremo Oriente criaram uma nova situação para Portugal.

Por esta razão, os missionários que foram para Oriente tiveram múltiplas identidades e múltiplas missões, com atividades para além de pregar, envolvendo a gestão imobiliária, empréstimos, aluguer de lojas, investimentos no exterior. Devido ao envio de diplomatas, os funcionários e todos os outros assuntos foram benéficos para os objetivos de Portugal no Extremo Oriente.

#### 4.1 Ajuda aos Comerciantes Portugueses Para Criarem e Desenvolverem Relações Comerciais

A maior contribuição dos jesuítas para os interesses coloniais portugueses no Extremo Oriente é esta de não serem apenas intermediários para manter o desenvolvimento e reconstrução da relação de comércio entre Portugal e outros países do Extremo Oriente, e também ajudarem a resolver a crise do comércio dos comerciantes portugueses no

---

<sup>49</sup> Diálogos em bronze, Amadeu Gomes de Araújo, Livros do Oriente, 2001, p.51; Lusitania Sacra, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, Problemática religiosa no Portugal contemporâneo, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1996-1997, p.538.



Extremo Oriente. Isto é inseparável a eles terem recebido uma boa educação e formação, a maioria deles eram especialistas em línguas, e tinham um bom contacto com as classes mais altas no Extremo Oriente.

Os jesuítas na China não apenas atendiam às situações dos negócios dos navios portugueses e mercadores, mas também faziam todos os possíveis para fornecer as ajudas necessárias. Em 1582, quando os mercadores portugueses de Macau se aperceberam que o estabelecimento do Conselho de Macau irritou o Governador-Geral da província de Guangxi e Guangdong, Chen Rui, ficaram com receio, mas sabiam que não havia outra opção. No entanto, o jesuíta Michele Ruggieri, em nome do bispo de Macau e chefe executivo, dirigiu-se à província de Guangzhou para visitar o governador. Depois de Ruggieri oferecer presentes generosos que agradaram ao governador, este disse: "Todas situações em Macau ainda podem continuar, mas a região deve submeter-se à jurisdição das autoridades chinesas<sup>50</sup>."

A visita de Ruggieri efetivamente evitou a desgraça da expulsão dos portugueses de Macau. Ao mesmo tempo, os missionários jesuítas na corte imperial de Pequim consideraram sempre manter a sobrevivência de Macau como sua responsabilidade e utilizavam o relacionamento confiável e a sua profunda amizade com a corte imperial chinesa para manter os interesses comerciais portugueses. Além disso, sempre que a situação de comércio piorava em Macau, estes missionários intervinham atempadamente, usando a sua influência na corte imperial da China para encontrar uma licença de comércio e privilégios para os comerciantes portugueses em Macau.

Após a conquista dos Manchus na China, os portugueses em Macau também ficaram preocupados com a expulsão pelos Manchus pois tinham auxiliado a corte de Ming na resistência ao exército de Qing. Felizmente, devido à mediação diplomática dos jesuítas portugueses que trabalharam em Pequim, os Manchus não guardaram rancores dos portugueses e jesuítas. Ninguém propôs expulsar os portugueses de Macau ou rejeitar

---

<sup>50</sup> 中葡关系史 1513-1999, Volume 3, 黄庆华, 黄山书社, 2006, 1255 页 (História das Relações Sino-Portuguesas 1513-1999, Vol.III, Huang Qinghua, Huangshan Publishing House, 2006, p.1255).

o comércio com Portugal.

Macau também vivia um ambiente de migração, mas felizmente o missionário alemão Johann Adam Schall von Bell em Pequim fez a mediação, resolvendo os conflitos que foram gerados dessa migração e os portugueses puderam continuar a viver em Macau<sup>51</sup>.

No Japão, os grandes dáimios estavam ansiosos para obter as mercadorias transportadas pelos navios de Macau para expandir as suas forças, recebendo bem o padre, porque eles acreditavam que os navios mercantes estacionariam onde havia cristãos e igrejas. Muitas pessoas tentaram fazer com que os seus lugares tivessem padres, igrejas e cristãos, porque acreditavam que através deste método podiam conseguir que os navios mercantes chegassem ao local, mas também para obter outros benefícios do padre que desejavam. Por esta razão, estes dáimios não só se tornaram crentes, mas também levaram os súbditos nos seus territórios a se tornarem crentes. Omura Sumitada, que já se tinha convertido ao catolicismo, entregou a administração do porto de Nagasaki aos Jesuítas no Japão como a única condição de uma taxa anual de mil ducados<sup>52</sup>, o que facilitava muito o acesso dos comerciantes portugueses ao Japão para comércio.

No comércio, os comerciantes japoneses e portugueses faziam negócios com o auxílio de intérpretes jesuítas, porque apenas os sacerdotes eram pessoas bilingues, capazes de completar um negócio complexo. Além disso, as duas partes confiavam verdadeiramente nos jesuítas com base na confiança entre si, portanto, preferiam fazer contratos entre si com a intervenção dos jesuítas. Uma vez que o Japão não tinha institutos para representar a família real portuguesa e os interesses dos comerciantes, os comerciantes portugueses no Japão conferiram responsabilidades aos jesuítas portugueses do Extremo Oriente. Após a retirada dos comerciantes deste porto, os missionários assumiram a tarefa de continuar o comércio e estreitar os laços entre os comerciantes dos dois países. Os comerciantes japoneses confiaram aos jesuítas o envio

---

<sup>51</sup> 重放的莲花: 澳门开埠 450 年, 郑彭年, 新华出版社, 1999, 100 页 (Re-florescendo Lotus: 450 anos sobre abertura de porto de Macau, Zheng Pengnian, Xinhua Publishing House, 1999, p.100)

<sup>52</sup> A embaixada mártir, Benjamim Videira Pires, Instituto Cultural de Macau, 1988, p.20.

do seu dinheiro para Macau gradualmente. Em 1602, os comerciantes portugueses em Macau encontraram dificuldades nas vendas de seda no Japão, e em virtude dos esforços diplomáticos de jesuíta português Lu Ruohan (João Rodrigues) entre os líderes seniores do Japão, chegaram a um acordo amigável com o lado japonês, resolvendo pacificamente esta crise comercial<sup>53</sup>.

Na zona oriental da Índia, onde as forças islâmicas eram fortes, os missionários portugueses responderam positivamente aos objetivos estratégicos de Portugal para derrotar as forças muçulmanas e competir nas origens das especiarias, entrando nas Ilhas das Especiarias para criar o Senado. Através dos esforços dos missionários, em 1512 o rei de Ternate interessou-se pelo cristianismo. Em 1522, convidou os portugueses para estabelecer uma fortaleza no seu país<sup>54</sup>. Isto abriu o caminho de entrada nas Ilhas das Especiarias para as forças coloniais e comerciais portuguesas.

Em 1557 o rei de Bacan<sup>55</sup> foi batizado no cristianismo, o que inspirou o entusiasmo de missionar dos missionários portugueses através dos líderes. A pregação aos líderes de todos os países para a união de combate aos muçulmanos estava intimamente ligada à prosperidade do comércio de especiarias de Portugal no século XVI. Em outras partes do Extremo Oriente, os jesuítas portugueses também desempenharam o mesmo papel importante no comércio.

Em nome de Padroado e sob a influência das várias partes para os seus respectivos interesses, Portugal pôde transportar cristãos e comerciantes para missões e negócios em vários países do Extremo Oriente, o que levou o Japão e outros países a lançarem novas situações comerciais. Para Portugal, nas trocas com comerciantes e funcionários de vários países do Extremo Oriente, é necessário esperar por oportunidades para gradualmente realizar o seu objetivo de ocupar o país e colonizar.

---

<sup>53</sup> Liderança heróica: As melhores práticas de liderança de uma companhia que há mais de 450 anos vem mundando o mundo, Chris Lowney, Rio de Janeiro, 2015, secção 11.

<sup>54</sup> História dos portugueses no Extremo Oriente: séculos XVI-XVII, A. H. de Oliveira Marques, Fundação Oriente, 1998, p.220.

<sup>55</sup> Bacan (pronunciado "batchane") é uma ilha da província indonésia das Molucas do Norte.

## 4.2 Fornecimento de Informações Comerciais

Outra tarefa importante dos jesuítas portugueses no Extremo Oriente foi fornecer informações sobre o comércio do Extremo Oriente aos comerciantes portugueses. Quando no início os portugueses entraram no Extremo Oriente, viram-se perante um mundo muito estranho para eles, por isso, conhecer a sociedade do Extremo Oriente, especialmente informações comerciais, era muito importante para eles.

Em geral, durante o século XVI, Portugal estava mais preocupado com a questão das tecnologias de navegação e negócios comerciais na sociedade do Extremo Oriente, por exemplo: que produtos estavam em falta, quais os preços de várias mercadorias, como os artigos eram pesados, os horários de comércio nos mercados e nas ruas e os portos para entrar, rotas, ancoradouros e condições de vento e água. Depois disto, os jesuítas do Extremo Oriente tinham uma tarefa difícil, que era fornecer uma variedade de notícias sobre o Extremo Oriente, como, por exemplo, sobre comércio e negócios, principalmente, de modo a criar condições para o desenvolvimento do comércio de Portugal no Extremo Oriente.

O primeiro jesuíta a chegar ao Extremo Oriente foi o padre Xavier (São Francisco Xavier). Logo depois de chegar ao Japão (15 de agosto de 1549)<sup>56</sup>, prevê a criação de um salão de negócios portugueses no país. No dia 5 de novembro do mesmo ano, escreveu uma carta para um padre na mesma igreja, não só apontou o lugar apropriado para construir o salão de negócios, mas também anexou uma lista de produtos lucrativos e precauções para as negociações:

Sakai-Shi<sup>57</sup> é um porto muito grande, é uma cidade com muitos empresários e homens ricos, há mais ouro e prata do que em qualquer outro lugar, assim eu quero abrir um salão de negócios portugueses em Sakai-Shi. (...) se as pessoas que vierem para o Japão forem acompanhadas pelos sacerdotes e trouxerem as mercadorias escritas na nossa lista de

---

<sup>56</sup> Historia da Igreja Catholica em Portugal: Imperio do Japão, José de Sousa Amado, Porto, 1877, p.48.

<sup>57</sup> Sakai ou Sacai(堺市 -shi) é uma cidade localizada na província de Osaka, no Japão.

produtos, podem certamente ganhar muita prata e ouro. (Qi Jinping, 远东耶稣会史研究 Estudo da História dos Jesuítas no Extremo Oriente, 2007, p.302. The life and letters of St. Francis Xavier)

Ele também destacou quais os assuntos a ter em conta pelos navios mercantes com destino ao Japão:

Os navios depois de chegarem aqui devem ser completamente carregados e partem de Goa em abril, para preparar o alimento necessário em Malaca, têm de ir para o mar em junho e ancorar na China para trocar ou suplementar alimentos. Se não houver água doce, é possível que ancorem em certas ilhas a meio do caminho, mas devem rapidamente partir para o Japão, porque se ancorarem na China para negociações, precisam de dezassete meses a partir de Goa ao Japão, se não ancorarem, em quatro meses e meio serão capazes de chegar ao Japão. (...) o barco que leva os padres não carrega muita pimenta. Como mencionado anteriormente, quando chegam ao porto de Sakai-shi, vende-se melhor com menos, podem obter uma grande quantidade de ouro. (Qi Jinping, 远东耶稣会史研究 Estudo da História dos Jesuítas no Extremo Oriente, 2007, p.302. The life and letters of St. Francis Xavier)

Em 22 de julho de 1552, Xavier, a caminho para a China, escreveu uma carta para o comerciante português Pereira Diego de Malaca e referiu nesta:

Se se puder instalar um salão comercial na China, Sua Majestade receberá grandes benefícios. Eu acho que o senhor deve explicar isso a Sua Majestade com detalhes e relatar ao vice-rei da Índia. (Qi Jinping, 远东耶稣会史研究 Estudo da História dos Jesuítas no Extremo Oriente, 2007, p.303 The life and letters of St. Francis Xavier)

Podemos ver que Xavier escreveu esta carta em tempos incertos, a caminho de ensinar a China a abrir-se, e pediu a Pereira para relatar as coisas comerciais ao vice-rei da Índia, como a abertura do salão comercial, o que talvez possa validar a perspetiva mencionada acima de missionários com multimissões.

### 4.3 Participação na Administração Colonial do Extremo Oriente

Os missionários portugueses também desempenharam um papel insubstituível no apoio de gestão das colónias portuguesas. Em 1582, após a notícia da fusão de Portugal e Espanha chegar a Macau, as pessoas em Macau tiveram de jurar lealdade ao rei de Espanha<sup>58</sup>, mas ao mesmo tempo também estava sob o planeamento do Bispo M. Carneiro e outros jesuítas estabelecer um conselho, uma autoridade própria para garantir os interesses dos portugueses em Macau.

O conselho foi criado em 1583, mas a maioria dos oficiais eram de pouca educação, eram aventureiros, exilados e empresários que não tinham habilidades políticas e diplomáticas, nas palavras da Rainha de Portugal Dona Maria I:

os membros do conselho de Macau, a maioria deles pertence à classe de exilados que, além de tentar ficar rico através do comércio e de navegação, não querem nada, não sabem nada sobre a gestão.' (Huang Qinghua, *História das Relações Sino-Portuguesas*, 2006, p.223)

Portanto, os missionários portugueses tornaram-se os sábios indispensáveis para o conselho de Macau, bem como a sua posterior operação, que não estava fora da participação de jesuítas conhecedores e bem informados.

Todas as contribuições feitas pelos jesuítas portugueses para o estabelecimento e o desenvolvimento do império colonial Português nos negócios no Extremo Oriente seguiam a política de "missionário colonial" do Governo Português. Eles ocuparam, desenvolveram e geriram a colónia para Portugal. Quando encontravam problemas que não podiam ser resolvidos pelo uso da força, agiam como embaixadores, persuasores para negociar e mediar, assim podemos dizer que eles não são apenas conselheiros de

---

<sup>58</sup> Estudos de ciências políticas e sociais, O Centro, 1968, p.80.

Portugal no Extremo Oriente, mas também desempenharam papéis importantes de porta-vozes e protetores nos interesses coloniais e comerciais no Extremo Oriente.

Após o século XVII, confrontado com os desafios de Espanha, Holanda, França, Grã-Bretanha e outras potências coloniais, Portugal ainda era capaz de ocupar um lugar no Extremo Oriente. Os missionários portugueses desempenharam um papel decisivo. Mesmo quando o "Tratado de Nanquim" foi assinado, o português Joaquim António de Moraes Carneiro reportou ao Governo de Portugal sobre o desenvolvimento da nova política da China:

Devemos tomar medidas para recuperar os papéis decisivos dos nossos missionários na capital imperial (Beijing), porque depois da morte do bispo de Nanjing, a partir de 1838, na capital imperial não existiam missionários portugueses, eles eram os nossos melhores cônsules e diplomatas estacionados na capital.(Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros — Limites de Macau 1843, 中葡关系史, História das relações sino-portuguesas, 2006, p.29)

Pode ver-se que o papel de mediação dos missionários portugueses é indispensável para as autoridades portuguesas.

#### 4.4 Envolvimento Direto em Atividades Comerciais

O Padroado do Extremo Oriente impôs que Portugal devia "pagar todos os custos dos missionários no Extremo Oriente, como os bens da vida diária dos sacerdotes e salários, os custos de construção das igrejas e assim por diante". No entanto, Portugal não cumpriu esta obrigação, o que resultava em várias igrejas no Extremo Oriente muitas vezes caírem em crise de financiamento. Um exemplo disso foi D. Sebastião de Portugal ter prometido dar mais mil cruzados aos jesuítas japoneses como subsídio anual, mas na carta do dia 13 de outubro de 1581 o pastor japonês Caspar Coello disse:

O Rei de Portugal prometeu dar mais de mil Cruzados por ano a Macau, mas não pagou por sete ou oito anos. (Business Activities and Consequences of the Japanese Far Eastern Jesuits 关于日本耶稣会士商业活动的若干问题,2003, p.34)

Depois do país ser anexado por Espanha, o Rei de Espanha aumentou esta anuidade para mais de quatro mil cruzados, mas estabeleceu uma série de condições suplementares para o seu pagamento, ganhar esta anuidade podia ser descrito como difícil.

Em 1583, os custos da Igreja japonesa atingiram mais de dez mil cruzados. Esta situação não era visível só no Japão, a missão de jesuítas na China era frequentemente confrontada com esse dilema. Matteo Ricci tinha escrito:

O subsídio, de acordo com a ordem original do rei de Portugal, foi para a missão, muitas vezes devido às necessidades do país e para outros fins. (Qi Yinping, 远东耶稣会史研究 Estudo da História dos Jesuítas no Extremo Oriente, 2007, p.305)

Assim, o investimento no comércio marítimo tornou-se a mais importante fonte de renda dos jesuítas no Extremo Oriente. Antes de década de 40 de século XVII, o comércio marítimo de seda entre Macau e Japão era mais dependente das rotas comerciais dos jesuítas no Extremo Oriente. Há indícios que mostram que cedo no início do comércio entre Macau e Japão, os jesuítas no Extremo Oriente obtiveram enormes lucros através da sua identidade participante, mesmo assim alguns estudiosos afirmam que os jesuítas no Extremo Oriente podem ter desempenhado um papel importante ainda desconhecido no desenvolvimento do comércio.

A promoção das atividades de participação direta no comércio e os benefícios trazidos pela Companhia de Jesus refletem-se principalmente em dois aspetos. Primeiro, a organização dos jesuítas no Extremo Oriente conseguiu uma série de fundos de atividades, o que reduziu os enormes custos para Portugal. Em segundo lugar, levaram e promoveram o desenvolvimento do comércio português de Extremo Oriente. Em



seguida, os jesuítas que chegaram ao Extremo Oriente embelezavam a imagem da nação portuguesa, fazendo com que os comerciantes de algumas partes tivessem a tendência de querer fazer comércio com os portugueses.

## **Conclusão**

A expansão colonial e a disseminação religiosa constituem dois aspetos do processo dos Descobrimentos. A descoberta e a expansão fornecem o espaço e as condições para a difusão das religiões. Os Papas concederam os direitos exclusivos da região e, por conseguinte, Portugal recebeu a missão de difundir o cristianismo. O Papa concedeu os privilégios correspondentes, resultando assim no Padroado.

Os países católicos também usaram a religião como fator de exploração e pioneirismo. Portanto, em troca, o Papa católico concedeu o Padroado a essas potências coloniais. Nos países católicos europeus do século XV, a expansão colonial portuguesa foi a mais feroz. Nos séculos XV e XVI, Portugal colonizou sucessivamente a Índia na Ásia e África e criou um palácio de governador na Índia, preparando-se assim para colonizar a China. Portanto, Portugal é o primeiro a obter o direito de proteger as religiões na África e na Ásia.

O Padroado concedeu privilégios a Portugal, incluindo que todos os missionários do Extremo Oriente fossem aprovados pelo Rei de Portugal e que só pudessem viajar em navios portugueses a partir de Lisboa e levar um passaporte português para a Missão Oriental. O Rei de Portugal tinha autoridade para nomear o bispado e enviar missionários. O Padroado papal declarou então de facto a legitimidade do colonialismo português para a Europa e para o mundo inteiro, ou seja, representou o reconhecimento da comunidade internacional ao colonialismo. Portanto, o Padroado é um intermediário político entre o Papa e o Rei. Após a ocupação da Índia, Portugal tentou entrar na China. No entanto, durante a proibição do mar da dinastia Ming, não teve outra escolha senão alugar Macau como base para o comércio e o trabalho missionário com a China.

Após a discussão acima, podemos ver que o papel importante desempenhado pela imposição do Padroado no colonialismo português em Macau não é apenas um fator

chave para Macau, mas também para todo o Extremo Oriente.

No entanto, o renovado florescimento do Padroado também foi realizado devido às ambições de navegação de Portugal. Como um centro multidimensional para o comércio internacional, Macau proporcionou uma ampla gama de adaptabilidade às dioceses no Extremo Oriente, fazendo de Macau um porto de trânsito comercial internacional, tornando a terra de propagação do catolicismo, e proporcionando uma base para a expansão colonial no exterior.

Para os estudantes de Português na China, através do ponto de conexão de Macau, entender as relações históricas e os eventos entre a China e Portugal no processo de estudo ajuda a compreenderem os antecedentes históricos europeus naquela época. Este é o melhor ponto de entrada para estudantes de língua portuguesa realizarem rapidamente transformações interculturais e compreenderem a história da cultura sino-portuguesa. Através do estudo da história do Padroado no Extremo Oriente e da compreensão da história colonial de Macau, podem compreender as relações sino-portuguesas nas dinastias Ming e Qing. Ao aprenderem sobre a história, aprofundam o estudo da língua portuguesa, e através da orientação dos professores, dominam a atitude de como visualizar corretamente os problemas históricos.

Espero que, através deste ensino de história, os aprendentes de português na China tenham uma compreensão mais profunda da história cultural sino-portuguesa e que isso tenha um impacto positivo na sua vida e trabalho futuros, para que possam utilizar a língua portuguesa com mais confiança.

## Referências Bibliográficas

Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Portucalense Editora, Porto, 1970. Volumes I e IV.

Boxer, C.R., *Dares - e - Tomares nas Relações Luso-chinesas durante os Séculos XV II e XVIII através de Macau*, Macau, Imprensa Nacional, 1981.

Boxer, C.R., *Estudos para a História de Macau*, Lisboa, Fundação Oriente, 1991.

Boxer, C.R., *The Great Ship from Amacon*, Instituto Cultural de Macau, Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988.

Braga, J.M., *The Western Pioneers and Their Discovery of Macau*, Macau, Imprensa Nacional, 1949.

Coates, Austin, *A Macao Narrative*, Hong Kong, Oxford University Press, 1999.

Colomban, Eudore de, *Resumo da História de Macau*, 3rd ed, Macau, Tipografia Mandarin, 1980.

Couto, Diogo, *Décadas da Ásia Década Sexta*, 1612.

Dias, A. Gomes, *Macau e a I Guerra do ópio*, Instituto Português do Oriente, Coleção Memória do Oriente, 1993

Fairbank, John King (with E.O.Reischaue F and A.Craig), *East Asia: The Modern Transformation*, HUP, 1965.

Fairbank, John King (with Reischauer), *China : Tradition and Transformation*, Houghton Mifflin Company, Boston, 1978.

Fonseca, Maria Helena Garcia da, *A Unidade Económica entre a Metrópole e o Ultramar no Direito Português*, Lisboa, 1961.

Freitas, Jordão A. de, *Macau: Materiais para a Sua História no Século XVI*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1988.

Galvão, Henrique; Selvagem, Carlos, *Império Ultramarino Português*, IV volume, empresa Nacional de Publicidade, 1953.

Inso, Jaime de, Macau, *A Mais Antiga Colónia Europeia no Extremo Oriente*, Macau, 1930.

John King Fairbank (ed.and contrib.), *The Chinese World Order: Traditional China's Foreign Relations*, HUP, 1968.

Lessa, Almerindo, *A História e Os Homens da Primeira República Democrática do Oriente*, Macau, Imprensa Nacional, 1974.

Ljungstedt, Anders, *An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China and of the Roman Catholic Church and Mission in China & Description of the City of Canton*, Viking, Hong Kong Publications, 1992.

Loureiro, Rui Manuel, *As origens de Macau nas fontes Ibéricas*, 2002, p.87

Lourenço, Maria Conceição, *Macau entre Dois Tratados com a China*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1988.

Marques, A. H. de Oliveira, *História dos portugueses no Extremo Oriente: séculos XVI-XVII*, Fundação Oriente, 1998

Marques, Maria Alegria Fernandes, *O papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245- 1279)*. Faculdade de Letras, Coimbra, 1990 (tese).

Montalto de Jesus, *Historic Macao*, Hong Kong, Kelly & Walsh, 1902.

Oliveira, P. Miguel de, *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*, União Gráfica, Lisboa, 1950.

Praça, José Joaquim Lopes, *Ensaio sobre o Padroado português: dissertação inaugural para o ato de conclusões magnas*, Coimbra: Impr. da Universidade, 1869.

Rêgo, António da Silva, *A presença de Portugal em Macau*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946.

Rêgo, António da Silva, *Documentação para a história das Missões do Padroado Português do Oriente: Índia*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1947-1958.

Rêgo, António da Silva, *O Padroado Português do Oriente e a Sua Historiografia (1838-1950)*, Lisboa, Academia portuguesa da historia, 1978.

Saldanha, A.V. de (organização), *Colecção de Fontes Documentais para a História das Relações entre Portugal e a China*, Vol. II, Fundação Macau, Universidade de Macau, 1996.

Saldanha, A.V. de (organização), *Colecção de Fontes Documentais para a História das Relações entre Portugal e a China*, vol.III, Fundação Macau, Universidade de Macau, 1997.

Saldanha, A.V. de, *A Memória Sobre o Estabelecimento dos Portugueses em Macau do Visconde de Santarém (1845)*, Macau, Instituto Português do Oriente (IPOR), 1995.

Saldanha, António Vasconcelos de (org.), *Colecção de Fontes Documentais para a História das Relações entre Portugal e a China: documentos relativos às negociações do tratado de amizade luso-chinês e ao processo da sua ratificação (1853-1873)*, Parte I; Volume II, Macau, 1997

Saraiva, Luis; Jami, Catherine, *The Jesuits, the Padroado and East Asian Science (1552-1773)*, World Scientific Publishing Co. Pte. Ltd, Singapore, 2008.

Teixeira, Manuel, *Macau no Séc. XVIII*, Macau, Imprensa Nacional, 1984.

Teixeira, Manuel, *Primórdios de Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1990.

Ventura, Margarida Garcez, *Igreja e poder no século XV: dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas, 1383-1450*. Lisboa, Edições Colibri, 1997.

Wesseling, H.L., *The European Colonial Empires 1815-1919*, Pearson Education Limited, 2004.

Wills, John E. Jr., *Embassies and Illusions, Dutch and Portuguese Envoys to K'ang - hsi, 1666 - 1687*, Harvard University Press, Cambridge and London, 1984

## **WEBLINKS**

<https://coerll.utexas.edu/methods/modules/teacher/02/fivecs.php>

[https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Cronologia\\_da\\_história\\_de\\_Macau](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Cronologia_da_história_de_Macau)

[http://www.uc.pt/feuc/ultimo\\_mes/docs/2018/abril/2018\\_-\\_04\\_-\\_12\\_-\\_Sabado\\_-\\_No\\_seculo\\_XV\\_a.pdf](http://www.uc.pt/feuc/ultimo_mes/docs/2018/abril/2018_-_04_-_12_-_Sabado_-_No_seculo_XV_a.pdf)

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Inter\\_cætera](https://pt.wikipedia.org/wiki/Inter_cætera)

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15968.pdf>

<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/historia-500-anos-da-reforma-protestante-entenda-seu-contexto-e-desdobramentos.htm>

<https://www.petitgastro.com.br/a-historia-das-especiarias-e-sua-importancia-na-gastronomia/>

<https://www.vix.com/pt/bdm/familia/especiarias>

<http://ascendensblog.blogspot.pt/2016/05/bulas-procuram-se-i.html>

[www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1197](http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1197)

[https://www.researchgate.net/publication/303895079\\_JESUITAS\\_NO\\_JAPAO -  
\\_CONFLITOS\\_RELIGIOSOS\\_E\\_A\\_POLITICA\\_DO\\_SAKOKU](https://www.researchgate.net/publication/303895079_JESUITAS_NO_JAPAO_-_CONFLITOS_RELIGIOSOS_E_A_POLITICA_DO_SAKOKU)

<https://www.nla.gov.au/braga-collection/portuguese-in-asia>

<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/htu.2011.153.09/609>

<https://fanwen.wenku1.com/article/28070373.html>

[www.a12.com/redacaoa12/historia-da-igreja/historia-da-igreja-na-america-latina](http://www.a12.com/redacaoa12/historia-da-igreja/historia-da-igreja-na-america-latina)

[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2705/1/NeD53\\_ManuelGonçalvesMartins.  
pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2705/1/NeD53_ManuelGonçalvesMartins.pdf)

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8678.pdf>

[http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/546/413-430-Padroado-  
TEOTONIO.pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/546/413-430-Padroado-TEOTONIO.pdf?sequence=1)

<https://www.macaudata.com/macaubook/book091/html/0177001.htm>

[https://www.portugal.gov.pt/media/368336/20100204\\_catalogo\\_portugal\\_china.pdf](https://www.portugal.gov.pt/media/368336/20100204_catalogo_portugal_china.pdf)



## Anexos

### Lista de Bulas

#### Século XII

---

Título	Data	Papa	Descrição
Ex commisso nobis	7 de Julho de 1136	Inocência II	Confirmação da independência da Igreja polaca.
Omne Datum Optimum	29 de Março de 1139	Celestino II	Reconhecimento da Ordem dos Templários
Milites Templi	1144		Garantia de privilégios aos Templários
Militia Dei	1145	Eugénio III	Garantia de mais privilégios aos Templários
Quantum praedecessores	1145	Eugénio III	Chamada à Segunda Cruzada
Manifestis probatum	1179	Alexandre III	Reconhece a independência do reino de Portugal
Post Miserabile	1185	Inocência III	Doação de privilégios e apelo à futura Cruzada

Audita tremendi	1187	Gregório VIII	Chamada à Terceira Cruzada
Cum universi	1192	Celestino III	Sobre a Igreja da Escócia

### Século XIII

Título	Data	Papa	Descrição
Etsi non displiceat	1205	Inocência III	Lista de acusações contra os Judeus, dirigida ao rei de França
In generali concilio	1218	Honório III	Sobre a execução das decisões do Quarto Concílio de Latrão, destinado ao Arcebispado de Toledo
Super speculam	1219	Gregório IX	Interdição do ensino de direito civil na Universidade de Paris.
Parens scientiarum	1231		Confirmação da autonomia da Universidade de Paris após a greve de 1229.
Ille humani generis	8 de Fevereiro de 1232		
Etsi Judaeorum	1233	Gregório IX	Pedido aos prelados de todos os níveis para prevenir e limitar os ataques dos cristãos aos judeus.

Licet ad capiendos	1233		Marca o início da Inquisição
Si vera sunt	1239	Gregório IX	Exigência da confiscação e inspecção dos livros de Talmud pelos prelados de França e Espanha
Lachrymabilem Judaeorum	1247	Inocêncio IV	
Ad extirpenda	15 de Maio de 1252	Inocêncio IV	Autorização da tortura de heréticos, ver Inquisição
Querentes in agro	6 de Outubro de 1254	Inocêncio IV	Acolhimento da Universidade de Oxford sob o patronato da Santa Sé
Turbato corde	1267	Clemente IV	
Clericis laicos	1296	Bonifácio VIII	Proibição da apoderação dos lucros do clero pelo estado

#### Século XIV

Título	Data	Papa	Descrição
Ausculat, fili	Dezembro de 1301	Bonifácio VIII	O Papa fala sobre a superioridade do poder espiritual sobre o tempo, e convoca o rei de França Filipe IV, o Belo perante um concílio em Roma.

Unam Sanctam	1302	Bonifácio VIII	Supremacia da Igreja Católica Romana sobre o estado
Pastoralis praeminentiæ	22 de Novembro de 1307	Clemente V	Exclusão dos Templários da Cristandade.
Fasciens misericordiam	1308		
Regnans in coelis	1308	Clemente V	
Vox in excelso	3 de Abril de 1312		Supressão da Ordem do Templo
Ad providam	2 de Maio de 1312		Transferência dos bens da Ordem do Templo à Ordem do Hospital.
Considerantes dudum	6 de Maio de 1312		Estabelecimento da situação jurídica dos Templários em três categorias
Sane Considerante	1317		Criação de seis novas subordinadas à Diocese de Toulousa, elevada a arcebispado.
Apostolice Sedis	23 de Maio de 1320	João XXII	El-rei D. Dinis recebe autorização para ficar com a Dízima dos rendimentos eclesiásticos de toda a nação portuguesa, durante três anos, para socorro da Terra Santa e outras necessidades da Fé cristã.

Cum inter nonnullos	1323	João XXII	Rejeição da doutrina Franciscana da pobreza de Cristo
---------------------	------	-----------	---

#### Século XV

Título	Data	Papa	Descrição
Laetantur Coeli	1439		Reunificação das Igrejas do Oriente e Ocidente no Concílio de Florença.
Etsis suscepti	1442	Eugénio IV	Concede indulgência plenária a todos os que defenderam Ceuta ou participaram nas expedições contra os sarracenos.
Sane pro parte	1448	Nicolau V	Pune com excomunhão reservada quem subtrair livros da biblioteca catedralícia de Braga.
Dum diversas	1452	Nicolau V	Autorização de Afonso V de Portugal para combater os sarracenos da África Ocidental
Romanus Pontifex	1455	Nicolau V	No segmento da Dum diversas, autorizando a conquista de todas as regiões e combate aos muçulmanos e pagãos a sul do Cabo Bojador
Etsi Cunti Christiano Nomine	15 de Fevereiro de 1456	Calisto III	Solicita Afonso V de Portugal para mandar fazer em Ceuta quatro

			conventos das quatro ordens militares à custas das rendas dos cavaleiros e os quais ficavam obrigados a servir, por turnos, aí 1 ano.
Ineffabilis providentia	19 de Abril de 1470	Paulo II	Obrigatoriedade da celebração do Jubileu a cada 25 anos.
Exigit sinceræ devotionis	1 de Novembro de 1478		Concessão aos Reis católicos da criação da Inquisição Espanhola.
Æterni regis	1481	Sisto IV	Garantia a Portugal todas as terras ao Sul das ilhas Canárias, divisão do Novo Mundo
Summis desiderantes	1484	Inocência VIII	Supressão da bruxaria ao longo do rio Reno
Inter cætera	1493	Alexandre VI	Realinhamento da divisão do Novo Mundo entre Espanha e Portugal, por um meridiano Norte/Sul
Piis Fidelium	1493		

#### Século XVI

Título	Data	Papa	Descrição
Exsurge Domine	1520	Leão X	Aviso a Martinho Lutero

Decet Romanum Pontificem	1521	Leão X	Excomunhão de Martinho Lutero
Sublimis Deus	2 de Junho de 1537	Paulo III	Revogada por Carlos V do Sacro-Império Romano
Regimini militantis	27 de Setembro de 1540	Paulo III	Estabelecimento dos Jesuítas
Injunctum nobis	14 de Março de 1543	Paulo III	
In Coena Domini	1568	Pio V	
Regnans in Excelsis	1570	Pio V	Anatemização de Elizabeth I
Inter gravissimas	1582	Gregório XIII	reforma do calendário
Immensa Aeterni Dei	1588	Sisto V	

#### Século XVII

Título	Data	Papa	Descrição
Gratia Divina	1656		

#### Século XVIII

Título	Data	Papa	Descrição

Unigenitus	1713	Clemente XI	Condenação do Jansenismo
In Eminentí	1738		Excomunhão da Maçonaria.

#### Século XIX

---

Título	Data	Papa	Descrição
Sollicitudo omnium ecclesiarum	1814	Pio VII	Restabelecimento dos Jesuítas após supressão
Quanta cura	1864	Pio IX	Introdução da Syllabus errorum
Æterni Patria	28 de Junho de 1868		Convocação para o Primeiro Concílio do Vaticano
Pastor aeternus	1871	Pio IX	Documento do Primeiro Concílio do Vaticano (infalibilidade papal)

#### Século XX

---

Título	Data	Papa	Descrição
Quam singulari	1910	Pio X	Admissão da Primeira Comunhão às crianças
Munificentissimus Deus	1º de Novembro de 1950	Pio XII	Definição do dogma Assunção de Maria



Humanae salutis (texto)	25 de Dezembro de 1961	Papa João XXIII	Convocação do Segundo Concílio do Vaticano
Dei Verbum	18 de Novembro de 1965	Paulo VI	Documento do Segundo Concílio do Vaticano
Apostolorum limina	23 de Maio de 1974	Paulo VI	Proclamação do Jubileu do ano de 1975
Incarnationis mysterium	29 de Novembro de 1998	João Paulo II	Proclamação do Jubileu do ano de 2000